

ATA DA 20ª REUNIÃO DO COMITÊ DE ECONOMIA DE IMPACTO

No dia 01 do mês de fevereiro de 2024, presencialmente no Salão Nobre do Ministério da Educação, bloco K da Esplanada dos Ministérios, e por meio da plataforma de reuniões virtuais ZOOM

(<https://us06web.zoom.us/j/84126048485?pwd=easHCTE3VVh4te8a8lwqswaJaP6Yt9.1>),

reuniram-se os membros do Comitê de Economia de Impacto, instituído pelo Decreto nº 11.646, de 16 de agosto de 2023, para tratar da seguinte Pauta:

- 1) Informes (5 minutos)
- 2) Aprovação Ata 19ª Reunião Trimestral da Enimpecto (5 minutos)
- 3) Apresentação e aprovação do Relatório 2023 da Enimpecto (10 minutos)
- 4) Apresentação dos Resultados da Consulta Pública (20 minutos)
- 5) Aprovação do Plano Decenal 2023-2032 (20 minutos)
- 6) Planos de Trabalho de cada GT (25 minutos)
- 7) G20 e Enimpecto: Recomendações e Contribuições (10 minutos)
- 8) 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (junho/2024) (10 minutos)
- 9) Prêmio Impactos Positivos (10 minutos)
- 10) Pluralidade e Diversidade na Composição do Comitê da Enimpecto (30 minutos)

Rolleberg cumprimenta todos e inicia a reunião: “Boa tarde a todas e a todos. Espero que todos tenham começado o ano muito bem. Na verdade, o ano já começou ligeiro, não é? Nós estamos no dia primeiro de fevereiro, já foi-se o primeiro mês. Acho que aquela lenda de que o ano começava depois do Carnaval passou. O ano já começou bastante intenso. Eu agradeço a presença de todos, agradeço a presença e a coordenação aqui do Lucas e da Heloísa. Eu vou ler aqui muito rapidamente, a pauta para que a gente possa caminhar com bastante objetividade. O nosso primeiro item vai ser aprovação da ata da reunião, da 19ª reunião trimestral; depois nós teríamos por parte do Lucas a apresentação e aprovação do relatório de 2023 da Enimpecto, com as realizações, as entregas; seguinte, nós teremos a apresentação dos resultados da consulta pública, que teve a participação bastante expressiva; a apreciação do Plano Decenal 2023-2032, já com as contribuições da consulta pública; depois, os coordenadores, os líderes dos dos dos grupos de trabalho vão apresentar os planos de trabalho de cada GT; depois o Marcel vai fazer uma apresentação sobre o G20 e a Enimpecto com recomendações e contribuições; depois a Sheila vai fazer um informe sobre a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação; depois a Giselle fará uma apresentação sobre o Prêmio impactos positivos, com a solicitação de colaboração de possíveis patrocinadores; e depois nós teremos aí também um informe sobre pluralidade e diversidade na composição da Enimpecto com a

sugestão de novas, de novos participantes aqui no âmbito da Enimpecto, mas, os informes primeiro. Podemos?”. E como não houvesse objeções passou-se aos informes por Lucas Ramalho Maciel.

Informes - Lucas: “Boa tarde a todas e a todos. Satisfação estar aqui na nossa segunda reunião do Comitê neste novo governo. A gente selecionou alguns informes para trazer ao Comitê e já tem alguns pedidos... depois que eu passar os informes, aqueles que quiserem fazer uso da palavra para compartilhar novas atualizações do campo, por favor, se manifestem. O primeiro informe para dar para o comitê é que a gente vai lançar Termos de Referência para contratar 2 consultores no âmbito da Enimpecto. Um primeiro consultor com perfil de auxiliar no trabalho de articulação dos governos estaduais. A gente já tem 10 estados com legislações aprovadas. Então a gente vai contratar um profissional que vai auxiliar no processo de articulação desses governos estaduais para fomentar os comitês locais e a respectiva articulação com o nosso Comitê. Um segundo perfil para trabalhar a questão de dados. A gente tem uma questão com relação ao levantamento dos dados, de números de negócios de impacto no país. A ideia é ter um profissional que vai auxiliar no processo de consolidação das diferentes bases de dados que a gente tem, tanto no Sebrae, quanto no BNDES, quanto no Inovativa, quanto na PIPE e outras bases para a gente conseguir fazer um cruzamento e um mapeamento melhor, mais aprimorado do nosso campo de negócio de impacto. Então, esses 2 TRs estão em fase final de tramitação, de análise. É um recurso que está sendo financiado com a parceria com o PNUD, aqui o PNUD é representado por Cristiano. Obrigado pelo apoio, pelo processo. Tão logo esses TRs sejam publicados, a gente vai compartilhar com os membros do Comitê. E aí, vou pedir auxílio para ampla divulgação para conseguir captar os melhores perfis para nos auxiliar nesse processo de 2 grandes desafios que a gente tem dentro da Enimpecto. O segundo informe que eu gostaria de trazer foi o lançamento do relatório *Unlocking the Social Economy*, destravando a Economia de Impacto, como foi traduzido aqui no Brasil. É um relatório que foi lançado logo depois da nossa reunião de outubro do Comitê da Enimpecto. Um relatório produzido pelo Fórum Econômico Mundial. Foi a primeira vez que esse Relatório foi lançado, é sempre lançado em outros países, é a primeira vez que ele vem para o Brasil, e muito por conta do trabalho da Enimpecto. A Enimpecto está muito bem citada e referendada nesse documento do fórum, a Mônica que está aqui, o Marcel, a Rachel e grande elenco também muito envolvido nesse relatório. O terceiro informe que queria trazer, foi a última participação no Comitê do Rio Grande do Norte. O Comitê do Rio Grande do Norte está instalado, se reuniu no final do ano passado, a Enimpecto esteve presente, a nossa equipe da Secretaria de Economia Verde esteve presente, e a ideia é gente se aproximar cada vez mais dos trabalhos do Comitê do Rio Grande do Norte, e a gente está avaliando a possibilidade, Secretário, de firmar um acordo de cooperação técnica entre a Enimpecto e o Comitê do Rio Grande do Norte, trazer a governadora Fátima Bezerra, de repente assinar um ato com Alckmin aqui, somando esforços do nosso Comitê federal com o Comitê estadual. E isso dá possibilidade para a gente firmar parcerias com outros governos estaduais. É um passo importante para a conformação do que a gente está chamando do Sistema Nacional de Economia de Impacto no nosso país. Um quinto informe para trazer, ou melhor, o quarto informe para trazer, foi em novembro. Teve um evento em Curitiba, não foi isso, Rachel? A prefeitura de Curitiba está muito inspirada também pelo trabalho que a gente vem fazendo aqui no Comitê da Enimpecto e está pensando numa estratégia municipal de economia de impacto. A agência de desenvolvimento de Curitiba fez um evento de um dia inteiro lá olhando para o que a gente tem feito aqui no Comitê da Enimpecto, então, está tendo esses desdobramentos. Tem um quinto informe, o fórum Nordeste, reuniu os 9 estados da região Nordeste. Um evento com muita participação, inclusive, contou com a participação da governadora Fátima Bezerra. Foi o primeiro fórum regional realizado no país, a gente pretende auxiliar na realização nas demais regiões do país. E isso também está articulado com essa estratégia na direção do estabelecimento de um Sistema Nacional de Economia de Impacto. Sexto informe: a gente auxiliou o Ministério da Fazenda numa rodada de consulta pública sobre

a taxonomia verde. A gente mobilizou o nosso ecossistema de impacto, a Enimpecto, que fez importantes contribuições para o estabelecimento da taxonomia verde brasileira. A gente já definiu que a taxonomia verde no Brasil não vai considerar apenas aspectos ambientais, mas também aspectos sociais, considerando que no nosso país temos grandes desigualdades, muitas iniquidades sociais. Então, a nossa taxonomia, que é a forma como vamos olhar os investimentos, a forma como vamos dar incentivos tributários, a forma como vamos direcionar os nossos recursos públicos. A taxonomia, está sendo construída e capitaneada pelo Ministério da Fazenda. A gente terminou uma rodada importante de participação do ecossistema de impacto e temos avançado nessa direção. O sétimo ponto é o Fórum Latinoamericano de Investimento de Impacto. Ele vai acontecer agora em março, melhor dizendo, final de fevereiro, de 27 a 29 de fevereiro, vai ser em Mérida, no México. A gente está organizando uma comitiva para ir para lá, eu provavelmente estarei nesse fórum. O BNDES, eu acho, estará presente também, o pessoal da Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto e outros representantes do ecossistema de impacto estarão lá. Vai ser uma oportunidade para a gente apresentar o que temos feito aqui na Enimpecto em nível regional, e ajudar nesse processo de articulação latinoamericano, nesse tema de impacto. E, por fim, o último ponto, o Fórum Impacta Mais, inserido agora pelo *Impact Hub*. Quer fazer uso da palavra, então, Henrique?” **Henrique:** “Então, o Fórum Impacta Mais, é o fórum que a gente vem realizando em 2014, 2016, 2018, daí teve a versão 2021 no meio da pandemia. E agora, o próximo vai ser no primeiro semestre de 2025. A gente está definindo o local e quer também apoiar fóruns regionais ainda esse ano. Então, já está a fundação, grupo Boticário, Fundo Vale já são parceiros que já assinaram conosco e estamos falando com outros parceiros. Então, acho que tem uma sinergia aí com esses fóruns regionais, também há intenção de impactar mais não só nesse fórum de São Paulo em março de 2025, mas também apurar iniciativas regionais ao longo de 2024 para construir essa pauta do fórum em 25 em março. Pessoal, para deixar na agenda de todo o mundo, assim que a gente confirmar a data e local, a gente vai compartilhar com todo mundo aqui da Enimpecto.”

Na sequência, o Secretário Rodrigo Rollemberg, submeteu a Aprovação Ata 19ª Reunião Trimestral da Enimpecto - Secretário: “Todos vocês receberam a ata da última reunião, a nona reunião da Enimpecto. Então, eu vou colocar em apreciação a Ata. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Até está aprovada por unanimidade. Agora vamos para a apresentação e aprovação do Relatório de 2023 da Enimpecto”.

Lucas Ramalho, Diretor DNOVA, prossegue com a apresentação e aprovação do Relatório 2023 da Enimpecto - Lucas: “Muito obrigado, Secretário, antes de passar aqui para o Relatório queria registrar a presença importante nessa reunião de hoje de representante do Ministério das Mulheres. Estive ontem numa reunião com a secretária executiva do Ministério das mulheres, Eliana Chagas, Maria Helena. Reunião muito boa sobre o impacto. A gente está trabalhando para trazer o Ministério das Mulheres para o Comitê. O Ministério de Micro e Pequenas Empresas, que está aqui presente também. Bom, passando para o Relatório. A gente mandou compartilhar para todos os membros do Comitê esse documento, é ele que traz as nossas atividades que foram realizadas em 2023. A gente começou com o decreto que foi instituído pelo presidente Lula em agosto. A gente começou nossas atividades em outubro e a primeira reunião do Comitê foi em outubro, então, tivemos 3 meses de atividades em 2023, efetivamente, a gente já começou com o pé direito com a presença do Prêmio Nobel Muhammad Yunus aqui e tivemos 13 importantes entregas que foram realizadas nesse ano de 2023. Em que pese o curto espaço de tempo. Queria destacar algumas no eixo de aumento de oferta de Capital, a gente contratou o terceiro fundo de impacto no âmbito do BNDES, Nós chamamos de fundos de impacto. É um

fundo voltado para produtos na bioeconomia. Na Amazônia, é um montante de 230.000.000 de reais. É isso, Daniela? você quer compartilhar mais informações sobre a sessão?

Daniela: “Na verdade, refere-se a uma chamada pública do BNDES para selecionar gestores de fundos de impacto, uma chamada lançada em 2021, que selecionou 3 fundos de impacto e esse era o único fundo que ainda não tinha sido contratado pelo banco, foi contratado no segundo semestre do ano passado. Nos 3 fundos a gente mobiliza em torno de 400.000.000 em recursos voltados para o investimento de impacto”.

Lucas: “Excelente Daniela. Então, essa foi uma importante entrega realizada em 2023. A gente vai ter um ponto de pauta para tratar sobre o prêmio impactos positivos para ser realizado em 2024, também uma iniciativa de premiação de negócios de impacto, conduzido ali pela Gisele, pela questão do pessoal que conduz o prêmio impactos positivo já poder apresentar ele logo mais a um terceiro polo. Uma terceira entrega importante feita foi do Sebrae, em diagnósticos de fatos de impacto socioambiental. A gente tem mais de 12000 *startups* mapeadas no país, cerca de 1000 dessas *startups* são de impacto. Primeiro diagnóstico feito nesse sentido pelo Sebrae. Essa foi importante ação feita no âmbito de 2020. Também a gente lançou o relatório, como eu mencionei, aquele relatório do fórum econômico mundial sobre destravar economia de impacto. Portanto, é uma outra entrega importante, foi a continuidade dos serviços de mensuração de impacto no âmbito do Sebrae tech, o Sebrae tech, é uma importante ação que consegue subsídios para serviços que são contratados pelas micro e pequenas empresas. E a gente fez uma adequação no caderno técnico do Sebrae tech, de forma a permitir que os serviços de mensuração de impacto sejam contratados pelas *startups* de impacto no nosso país. Então, isto continuou dando ganho trazendo de 2023. Em outro, se refere ao mapeamento dos negócios de impacto realizado pela PIPE, que é a principal organização e instituição do setor, que faz os levantamentos a cada 2 anos. Aqui tem um destaque para a gente fazer. Porque esse mapeamento, Secretário, ele foi publicado depois que a gente fez o nosso Plano Decenal e submeteu à consulta pública o Plano Decenal. E isso impactou na revisão correta. Do eixo 2, de aumento dos negócios de impacto. O primeiro levantamento encontrou 570 negócios. Isso aumentou para 715 em 2019, em 2021 a gente chegou ao alvo, longe de 1200 para 1035, nem poucos negócios de impacto isso a gente está estudando ainda as razões que refletem, porque a gente teve uma diminuição na quantidade de negócios de impacto no nosso país. A gente já reviu a meta do Plano Decenal para baixo por conta dessa diminuição, mas, a nossa avaliação, Secretário, aqui temos um problema de captação desses dados, a nossa avaliação, que o universo de impacto era maior do que esses números estão captando. É por isso que a gente vai contratar também consultor para nos ajudar a qualificar essa base de dados. Mas, de qualquer forma, a gente já está olhando para essa questão. Importante termos uma leitura mais apurada possível do nosso ecossistema de impacto. É, mas queria dar destaque para esse estudo que foi lançado em 2023, no final do ano de 2023, que trouxe informações importantes sobre o nosso ecossistema de impacto e que mostram, além disso, um ultrassom foi a realização da terceira chamada do BNDES Garagem, problema de aceleração do BNDES que teve mais de mil startups, 1400 startups se inscreveram do BNDES Garagem e Cine plano. Do outro lado, ali saíram anos startups, que foram, que foram premiadas, foram participar da última etapa do programa. Então, você imagina, um de 1400 sai antes, no final, a qualidade dessas startups. No final, eu tive a oportunidade de estar lá no Rio de Janeiro, participar dessa banca de seleção dessas das startups, então, startups de altíssimo nível. Claro, um outro ponto, porque vale destaque na

nosso no ano de 2023 foi o programa Academia ICE, que segue crescendo, segue articulando um conjunto de professores que estão realizando atividades de ensino e pesquisa extensão no nosso país. São mais de 180 professores que estão articulados nessa rede, importante rede que vai dar muita potência porque a gente está fazendo aqui. No âmbito vem o impacto em todo o território e 86 instituições de ensino superior do país. Outra foi a questão da taxonomia sustentável, com a fazenda que eu mencionei, o Fórum Nordeste que eu já mencionei, o evento em Curitiba que também já mencionei, o evento no Rio... Então, basicamente essas foram as ações que a gente fez em 2023. Essas ações estão nesse documento que a gente compartilhou para vocês. Por uma determinação do nosso decreto, a gente tem que encaminhar o nosso relatório anual de atividades para o ministro na última quinzena de dezembro, a gente assim o fez e encaminhou esse relatório em caráter *ad referendum* antes de ser aprovado. A ideia agora é a gente aprovar esse relatório e nesse sentido, eu pergunto ao comitê se estão de acordo com essas atividades que estão descritas nesse documento, estão de acordo? Vamos mandar para o ministro o documento já devidamente aprovado pelo Comitê que a gente compartilhou com vocês.

Rodrigo Rollemberg: Bom, é isso, minha gente, todos concordam com esse relatório, se todos estiverem de acordo, vou considerar aprovado. O indício já foi cobrado ao Lucas, disse, já encaminhado ao ministro *ad referendum* desse comitê, todos concordam com o relatório. Aprovado. Agradeço e agora vamos à apresentação dos resultados da consulta pública. Devolvo a palavra a Lucas.

Com a aprovação do Relatório, o Diretor passa a apresentação dos Resultados da Consulta Pública

Lucas: A consulta pública da Enimpecto, gente, na nossa última reunião, em outubro, a gente apresentou as bases do nosso Plano Decenal. A gente apresentou as bases do Plano Decenal em outubro, que foi aprovado pelo comitê. A partir dessas bases, a gente submeteu a uma consulta pública. Essa consulta pública ficou aberta de novembro a dezembro. A gente recebeu muitas contribuições. Foram mais de 300 contribuições da sociedade civil. Aí aqui eu queria fazer um registro ao trabalho da equipe aqui do da Secretaria de economia verde, fez um trabalho muito cuidadoso, muito minucioso de receber todas essas contribuições. Analisá-las, classificá-las, categorizá-las, incorporá-las nos nossos documentos. Viu, Secretário, da sua equipe, que está fazendo um trabalho incrível de respeito a essa etapa de consulta, de participação social, que está refletido no nosso documento. A gente fechou essa consulta pública em meados de dezembro, fez um tratamento, apresentou essas contribuições ao conjunto de líderes aos 10 líderes da Enimpecto, que ajudaram a dar os devidos encaminhamentos a essas contribuições, todas que vieram. A gente voltou a debruçar sobre essas contribuições em janeiro, junto com os líderes. A gente inclusive fez um documento que também foi compartilhado com vocês, que é esse documento aqui, um relatório analítico da consulta pública. Ele traz em poucas páginas as principais contribuições que vieram dessa etapa. Então, quem tiver interesse, também foi comparado para todo mundo. Então, as 311 contribuições, como que elas estão distribuídas por eixo. Então no eixo um 79 contribuições, No eixo dois, 98, a maior parte das contribuições vieram no eixo 2, aumento de oferta de capital, no eixo 3. A orientação que a gente passou para a nossa equipe foi de incorporar. Admitir ao máximo as contribuições que vieram da consulta pública. A gente está abrindo para o escrutínio, para pular o nosso planejamento. A ideia é receber e acolher ao máximo possível. Então, a gente chegou ao índice de acolhimento nas contribuições

de 91% dessas 311 contribuições. Aquilo que não foi acolhido está devidamente justificado e vai ser encaminhado para cada um, para cada cidadão que enviou as suas considerações. Então, aqui tem um pouco mais informações sobre como que foram incorporadas essas contribuições que entraram no Plano Decenal, se elas entraram parcialmente, se elas entraram no plano de trabalho do IGPSE, assim, sucessivamente, aquelas que não são admitidas estão ali. Totalizam 27. Essa informação, eu achei esse dado bem relevante das consultas públicas, é que ele mostra de onde vieram as consultas públicas. Grande parte, a maior parte das contribuições, vieram da Região Sudeste, 220 contribuições vieram nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso aí mostra de um lado, onde que o ecossistema de impacto está conversando e chama muita atenção em belos olhos. Ali a gente vê que a gente não recebeu nenhuma contribuição da Região Norte. Então, é uma região que a gente tem que chegar, é muito estratégico, a gente tem que reforçar a nossa capacidade de conexão, de diálogo com essa população que está nessa região. E aí estão os outros dados, no Nordeste, Centro-Oeste, Sul, mas assim muito focado na Região Sudeste. E alguns assuntos que são mais recorrentes. Eram muitas contribuições. Quando eu digo muitas, são muitas mesmo, que eu não sei quantas pessoas estão nos acompanhando *online*. 50 pessoas, 59 pessoas estão nos apontando *online*, provavelmente Adriana, da Feira Preta está aí. Muitas reivindicações para maior inclusão de critérios de diversidade e de regionalidade. Tem muitas ações da sociedade civil reivindicando mais ações direcionadas a promoção da diversidade étnico-racial, igualdade de gênero. O pessoal do Ministério das mulheres está aqui. Então, isso foi muito recorrente e a gente acolheu isso, a gente vai tratar um ponto específico na pauta de hoje sobre essa questão da promoção de maior diversidade étnico-racial e paridade de gênero no nosso comitê. Nas ações da Enimpecto. Esse é o último ponto de pauta. Mas, além dessa, muitas ações voltadas à maior interlocução com os atores locais. Então, pessoal solicitando para que o impacto vá para os estados. Muitas demandas para mais recursos de negócios de impacto, muitas demandas relacionadas. O maior envolvimento das instituições de ensino nessa temática é nas contribuições na parte de base de dados, também há com muita frequência a questão da regulamentação dos fundos patrimoniais como um plano muito importante, assim como a possível fonte de financiamento para o investimento de impacto no nosso país, a questão dos endowment. Inclusive propostas de regulação elaboradas por este comitê, encaminhadas a Receita Federal, Secretário, que a gente tem que voltar na carga dessa temática e, ver como que a gente consegue avançar nesse tema, porque no governo anterior isso ficou travado. Mas, se a gente conseguir regulamentar os fundos patrimoniais, significa que a gente pode acessar importantes focos de financiamento de impacto no nosso país e algumas contribuições no campo do conceito de negócios de impacto. A gente está vivendo um bonde da adesão à pauta de economia de impacto no país, a gente tem uma percepção de uma maior maturidade no campo de economia de impacto, maior do que a gente esperava. E os estados, os entes subnacionais estão demandando mais orientações e capacitações para executar políticas de economia de impacto. Isso foi uma das coisas que a gente recebeu na nossa consulta pública. Em linhas gerais, isso era o que tinha para apresentar da consulta pública, Secretário.

Na sequência passou-se à aprovação do Plano Decenal 2023-2032

Rolleberg: Bom, parabéns Lucas na sua equipe pelo detalhamento de todas as contribuições. Foram incorporadas sobre o Plano Decenal. Todos também receberam com antecedência do Plano Decenal. O que vão fazer? Uma apresentação rápida, mas não chama

atenção de que as metas são extremamente ousadas. Então, vamos a apresentação agora. **Lucas:** Bom, pessoal, foi compartilhado com vocês também esse documento que é o nosso plano de voo, do Plano Decenal aqui, após a submissão da consulta pública, a gente incorporou todas as sugestões que vieram. A gente chegou a essa nova versão, foi compartilhada com vocês? Eu vou apresentar em linhas gerais como é que está esse documento aqui para o Comitê. As principais mudanças que a gente tem, as principais evoluções que aconteceram para alimentar, porque quando ela é uma estratégia de investimentos e negócios de impacto, e agora ela passa a ser chamada como uma estratégia de nacional, de econômica de impacto. Então, a primeira mudança foi o aumento do número de instituições que são representadas nos nossos Comitê. São 25 organizações de governo, mais igual número de representantes da sociedade civil, iniciativa privada, organismos multilaterais. A gente transformou como teve um impacto em órgão paritário, com um igual número de membros da sociedade civil e de governo. A gente criou um quinto eixo de trabalho. Então, além do aumento da oferta de capital, aumento do número de negócios, fortalecimento de organizações intermediárias e melhores normas e regulamentos, a gente criou um quinto, que se refere à articulação interfederativa com estados e municípios. A gente ampliou o escopo de atuação da Enimpecto. Se antes era muito voltada a entender os investimentos de negócios de impacto como nicho de mercado, a gente está abrangendo agora um novo modelo econômico. A forma de se produzir e distribuir bens e riquezas no país, pautado não só pela geração de lucro, mas pelo impacto positivo na sociedade. E a gente ampliou a vigência do plano por mais 10 anos. Estava focado até 2027. A gente jogou para 2032, dando 10 anos. Bom, então, o prazo de 2016 até 2027, passou para 2023 a 2032, o número de eixos também passa de 4 para 5. E em termos de macro objetivos, ali comparando em cada um dos eixos, o primeiro eixo continua com 3 macro-objetivos, o eixo 2 com 4 macro-objetivos, o eixo 3 com 4, o eixo 4 passa para 4 macro-objetivos, e o eixo quinto ele nasce com 4 macro-objetivos. Então, a gente tem um total de 19 macro-objetivos nesse novo Plano Decenal e as ações, o índice a gente tinha 72 ações estratégicas para serem implementadas até 2027. Agora, com a consulta pública, a gente passa por um total de 122 ações estratégicas, a gente ampliou a quantidade de ações que estão previstas para serem valorizadas. Então, isso é um pouco do aumento geral dos grandes números da Enimpecto. As principais mudanças no eixo onde estão olhando agora para o eixo de aumento de oferta de capital. A meta anterior era 30 bilhões de reais adotados em impacto até 2027. A gente está propondo para até 2032, ampliar para 120 bilhões. Ela segue o mesmo padrão de crescimento. A gente usou a mesma curva de crescimento do anterior, mas chegando até 187 bilhões (sem contar microcrédito) até 2032. A gente está com 3 macro objetivos. Um macro objetivo, voltado para ampliar a disponibilidade e a adequação dos recursos públicos para a economia de impacto. O segundo macro objetivo é de atrair mais capital privado para essa agenda. E o terceiro macro objetivo é ampliar a participação do Brasil na agenda internacional de finanças sustentáveis, mas ele chega com 21 ações estratégicas no eixo 1. Esse é o gráfico de projeção de como que a gente espera que se comporte a curva de crescimento dos investimentos de impacto aqui está o Zé Neto que representa a ANDE, que é a organização que faz os levantamentos dessas informações. Então, a nossa meta é chegar a todas. Em 2032, com 120 bilhões de reais em impacto no país. O eixo 2, aumento de números de negócios. A gente tem a meta de chegar até 7800 negócios até 2032 e tem muita, muita convicção que vai superar essa meta. A gente vai rever essa meta para cima da nossa. Porque esses números, repito, eles estão baseados naquelas informações da PIPE que, na minha avaliação, e a de várias outras pessoas que estão nesta mesa estão subestimando o tamanho do

ecossistema de impacto no país. A gente tem esses macro objetivos e, totalizando 27 ações. Queria destacar aquele terceiro macro objetivo ali, de ampliar a representatividade dos empreendedores de impacto social a fim de alcançar representatividade de cor, raça e gênero, região, território das comunidades tradicionais, as comunidades periféricas da população LGBTQIA+. Isto aqui é fruto da consulta pública. Veio com muita incidência esse tema. Então, queria fazer esse destaque aqui, para os membros do Comitê, para as pessoas que nos acompanham aqui online. Penso que é como ficaria para a evolução da nossa curva de aumento de empreendimentos de impacto no país. Vocês reparem que de 2021 para 2023, tem uma ligeira queda nos dados. Foi esse que eu mencionei que teve no último estudo da PIPE. A ideia é que a gente ajude a ampliar a quantidade de empreendimentos de impacto no nosso país. A gente chega a essa meta. Que eu acho que vai ser facilmente alcançado aqui, eu queria fazer mais um destaque, Secretário, a gente teve acesso a um estudo que mostra a quantidade de negócios sociais no Brasil e outros países do mundo e a gente tem muito menos do que outros países de economias menos desenvolvidas e com populações inclusive menores que o Brasil, que eu acho que é mais um forte indicativo que a gente não está mapeando direito os nossos negócios, então a gente tem menos negócio que a Argélia e em outros países. Que a gente tem menos do que a Índia. É óbvio que a gente tem menos que o Reino Unido. Também chamou a atenção a nossa colocação frente a outros países, com a economia e população em menor escala do Brasil. Você quer falar alguma coisa, Felipe?

Felipe: “Não”

Lucas: No eixo 3 aqui, a gente está falando do fortalecimento das organizações intermediárias. Secretário, a nossa meta é certificar a totalidade das incubadoras e aceleradoras de impacto no país. Se a gente chegar às 305 aceleradoras que atuam no nosso país com critérios de impacto socioambiental, significa que as nossas multiplicadoras de empreendimentos no nosso país, a gente vai se aproximar com a agenda de impacto, a auxiliar a certificar com critérios de impacto e que elas incorporem essa mentalidade econômica e empresarial naquelas que são incubadas e aceleradas nas suas organizações. Além disso, a gente quer chegar a 380 professores atuando nessa temática no país. Isso é, uma rede com muito potencial, pro nosso ecossistema e chegar a 235 instituições de ensino superior e aí pra esses números. A presença da ANUP, ABRUC, ABRUEM, ANDIFES é muito, muito importante para a gente chegar nesses grandes números. Então, estão ali os macro-objetivos. A gente chega no eixo 3 com 28 ações estratégicas para a gente realizar até 2032. Destacando que vai à projeção de aumento do número de professores. Ou melhor dizendo, essa é a projeção da certificação de impacto das aceleradoras no nosso país. Aqui a meta de professores e universidades atuando nesse setor. O aumento de professores, chegando a 380, e as universidades chegando a 235. E ali são os números como é que a gente realizou ou performou de 2016 a 2023. No eixo quatro, Secretário, que é a melhoria de regras do jogo, melhores normas do setor, a nossa meta é a gente ter proposições regulatórias para 12 grandes temas de impacto que estão mapeados. Esses 12 temas, passam pela questão de regulamentação de fundos patrimoniais, passa pela questão de compras públicas de impacto, passa pela questão das estratégias subnacionais, passa pela questão de contratos de impacto social e outros, são 12 grandes temas que a gente vai elaborar, fazer proposições normativas e a ideia é que a gente use o nosso comitê, para auxiliar na aprovação dessas temáticas. São 26 ações estratégicas neste eixo. Então, aqui, essa evolução, a gente almeja chegar a 2032 com essas 12 propostas regulatórias devidamente tratadas. Por fim, o quinto e último eixo, que é um eixo

novo. O grande objetivo dele é articular a estratégia de economia de impacto no nível subnacional. A nossa ambição é chegar e estar presente nas 27 unidades federativas. Atualmente a gente tem 10 estados com legislações de impacto aprovadas. Começou no Rio Grande do Norte, com o governo da governadora Fátima Bezerra, e foi para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Piauí. Recentemente, em Goiás, a gente tem 10 estados já com legislações aprovadas. A ideia é chegar nos 27 com comitês devidamente atuando. Por isso, a gente vai contratar um consultor também para nos ajudar nessa proposta. O seu papel como ex-governador do Distrito Federal, ex-senador também, é super importante nesse diálogo com os demais governadores, se a gente conseguir mobilizar. São esses ecossistemas todos, subnacionais, no fomento do negócio de impacto, e a gente conectar, secretário, toda a nossa estrutura federal. Então, o Sebrae nacional com o Sebrae estadual, os nossos bancos públicos federais, com os bancos públicos estaduais, as nossas universidades federais com as universidades estaduais, a nossa Secretaria de Economia Verde, com a Secretaria de Desenvolvimento de cada estado e a gente somar esforços num processo de fomento ao empreendedorismo no país. Então, esses são os 4 macro objetivos desse quinto eixo. Então, estruturar o Sistema Nacional de Economia de Impacto, unificar e harmonizar os esforços para implementação desse impacto em cada ente federativo, apoiar a ativação e operação dos comitês locais nos 27 unidades da federação. A gente totaliza 21 ações estratégicas nesse eixo do nosso plano base aqui. Essa é um pouco na projeção. Quais são os estados que já possuem legislação, quais são os estados que possuem coletivos da sociedade civil já atuando em cada estado? E quais são os estados que possuem efetivamente comitês instalados? Atualmente, só um estado possui o comitê instalado, que é o comitê do Rio Grande do Norte. Então a gente tem um grupo de estados com legislação aprovada, mas que ainda não foram ativados, então, é material de ação nossa, de articular, fomentar e efetivar esses comitês e vinculá-los aqui. Eu acho que esse era o ponto que eu queria passar pro Comitê

Rolleberg: Oi, parabéns Lucas, pela apresentação, brilhante como sempre é. Alguém quer comentar o Plano Decenal? A gente passa logo ao Marcel. Eu queria que todos, ao falar, se apresentassem e dissessem a instituição porque a reunião pode estar sendo gravada.

Marcel: Boa tarde a todos, eu sou Marcel, sou do sistema B Brasil. Estou no GT4 e estou como membro do conselho de desenvolvimento econômico social sustentável da Presidência da República, o Conselho. Queria só destacar algumas coisas com relação ao Plano Decenal. Acho que, primeiro, valorizar o trabalho que foi feito, uma ampla escuta e ter uma ampla participação também da sociedade, destacar o trabalho de todos os grupos de trabalho também para consolidar e chegar a um plano, como o secretário disse, bastante ambicioso. Eu queria talvez nos desafiar como comitê a entender que isso é uma pequena grande peça no mosaico de impacto. Se esse plano investiga, ele for entregue, ainda assim, ele é absolutamente insuficiente para a gente construir uma nova economia no Brasil e para o Brasil protagonizar essa nova economia, então. Considerando que é um Plano Decenal, em 2032, se a gente puder fazer um exercício de projeção. É muito provável que 2032 a gente vai não vai ter alcançado a agenda 2030. As metas dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, 169 metas, e é muito provável que a gente vai concluir que o Acordo de Paris é quase inatingível, nos moldes que nós estamos. Então, não é uma forma pessimista, é uma forma no sentido de colocar um senso de urgência que 7.800 negócios de impacto no universo de 19.000.000 de empresas no Brasil, CNPJs ativos, é muito pouco. É colocar urgência, de que num país com 10 trilhões de reais sob gestão, 180

bilhões de reais em investimentos de impacto. É muito pouco. É muito para o que a gente está fazendo hoje, mas é insuficiente. A gente vive numa mentira. A gente está mais próximo de ter um trilionário do que de erradicar a pobreza. Então, nós temos um senso de urgência. E aí o que eu queria conectar, Secretário e Lucas, colegas do comitê e também colegas. É de ministérios se conectarem, por exemplo, com o Plano Plurianual que o Brasil acabou de aprovar, de 2024 a 2027. Trabalho espetacular da ministra Simone Tebet, que eu acho que poderia se conectar pra gente ver impulsionar o impacto no coração do desenvolvimento social e ambiental econômico do nosso país. Então, queria nos desafiar a sonhar grande, porque sonhar grande, pequeno, custa a mesma coisa. E temos um senso de urgência.

Rolleberg: Isto é uma ótima observação, Marcel. Eu acredito que o grande desafio da administração pública é articular os esforços numa direção só. A gente tem um avanço importante com o lançamento da política de nova industrialização. Eu comentava ontem no lançamento, até o Guilherme Calheiros, ao presidente, cadê ele estava discutindo aqui é participou também o lançamento do edital da Finep na área de Transmissão energética e de bioeconomia. Edital de subvenção econômica. O foco da na nova industrialização. Então, o que eu entendo? É que a gente deve buscar unificar todos esses instrumentos. Eu vi aqui que tem uma parte aqui é que a China vai falar sobre a conferência nacional de ciência e tecnologia, que é muito importante, que é essa política deveria ser de impacto até pra poder atingir esses objetivos que estão no Plano Decenal. Por isso, mais presente, também nos editais e da Finep articulado com outras políticas do governo político da própria política e neointustrialização, política de transição ecológica, coordenado pelo Ministério da Fazenda, que isso tudo vai dar mais tração aos investimentos de impacto. E muito importante também, como você vai apresentar aqui que esse tema esteja presente e levado pelo Brasil, como dissemos aqui na primeira reunião para os ouvintes, que é a sua colocação muito pertinente.

Henrique: Olá, boa tarde. Henrique Vasconcelos no Banco do Brasil. Parabéns aí pela condução Lucas e Rolleberg. Eu só queria comentar uma coisa. Acho no meio termo, viu, Marcel, entre o discurso pessimista, barra realista. E também algumas coisas que talvez a gente não esteja mapeando a ideia. Provavelmente. No Banco do Brasil, recentemente, a área de sustentabilidade aumentou de tamanho. Foi de 18 funcionários para 70 funcionários. Eu represento aqui. É uma vertical que cuida especialmente de negócios e finanças sustentáveis e há mais ou menos 3 anos que a gente retorna pela nossa carteira sustentável. Hoje está em 340 bilhões de reais, 340 bilhões de reais. A nossa meta é 500 bilhões de reais do Banco do Brasil. Nessa semana, a gente apresentou uma operação com o BID de 250.000.000 de dólares, com foco na região da Amazônia. Portanto, é, então eu acho que a gente tem muita coisa boa para mostrar para fazer dentro do Brasil. Tem mais procura do que a gente tem de fato, e que a América, evidentemente para nós, porque a gente paga uma taxa de juros a mais. Um quinto ano o que a gente quer é falar é que. É possível uma grande ambição nesse tema. Eu acho que a gente tem que aproximar, porque, está sendo menos protagonista aí nesse momento do Brasil também. Quer ser mais protagonista? Então, a própria Febraban, que está aqui, também buscando os nossos privados também, buscando entrar nesse jogo. Então, a gente unindo esses esforços e as bolsas, a gente consegue fazer muita coisa. A grande abertura do que a gente falou muito que o pessoal de fora, a percepção do meio, existe o maior interesse. Hoje não tivemos alemão, o banco alemão, que vai investir aqui com a gente, a gente vai lá banco australiano, não quer investir com a gente, vamos lá pelo menos que quer investir e então, assim existe um, os ventos estão favoráveis, a

gente tem que aproveitar e aproveitar essa junção de forças para poder fazer a diferença. E vocês podem contar com o Banco do Brasil.

Lucas: Boa, excelente. Vá lá, Zé. Zé Neto.

José Mattos: Obrigado, obrigado, bom, mais uma vez eu queria também recomendar tudo aquilo que, para não cair na repetição, fazendo um trabalho brilhante, é fantástico, é muito bom para quem? Mais, significa que os olhos aqui. Chamam muita atenção. Eu sou diretor da ANDE. Eu fiquei preocupado com a questão do Norte, não ter tido nenhuma contribuição. No passado, nós fizemos um trabalho, viemos junto com o estado do Amazonas para fazer um desenho de um plano de transição para uma boa economia, é óbvio que não é um plano que vai garantir todo o sucesso que a gente precisa ter. Mas, foi um caminho e foi a primeira vez que isso foi feito no exercício coletivo feito com a representantes dos governos, representantes municipais, empresas, enfim, SEBRAE estiveram lá, muitas pessoas participaram disso, então, eu acho que existem formatos que estão aí à nossa disposição para a gente tentar fazer isso. Eu gostaria muito que a gente pudesse inserir esse tipo de discussão aqui. Mas, e mesmo aqui que nós entrevistamos o território, eu acho que existem muitas Amazônia, além dos muitos Brasis que estão, estamos aqui tentando costurar a Amazônia também tem a nossa, essa diversidade. Então, só para reforçar a necessidade de o Norte estar mais incluído nessas discussões, recebendo mais esse letramento e, esses fundos que quase nenhum plano está conseguindo colocar dentro hoje, Secretário, os processos de aceleração que a gente tem visto, a gente tem uma dificuldade muito grande de entender de verdade, a base sociocultural e econômica da região amazônica. Então, a gente precisa se debruçar um pouco mais nisso, acho que precisamos estar um pouco mais atentos e sensíveis às diferenças de local entre os estados, enfim, das pessoas dos seus pólos. Então, a única contribuição que eu queria fechar aqui é justamente que a gente pudesse fazer isso. E a ANDE se coloca à disposição para ajudar nessa conexão lá com o Norte. Obrigado.

Rolleberg: É, eu queria mais uma vez chamar atenção da importância dos membros da Enimprota estarem bastante atentos aos editais que estão sendo lançados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com a Finep, porque tem uns editais para microempresas, empresas de pequeno porte e empresas de grande porte. E ali você tem também os editais para financiamento com taxas mais baixas. Em breve sairá o focado na Amazônia, 450.000.000 de reais exclusivamente voltados para a Amazônia. Então, eu acho, inclusive, que a gente deve organizar uma conversa com a direção do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Finep para que, em breve, a gente tenha um grande edital de inovação, focado exatamente nos investimentos de impacto. Nas iniciativas de impacto.

Cássio: Eu sou Cássio França, sou do grupo de fundações, institutos e empresas, o GIFE, a associação da filantropia aqui no Brasil. Só queria fazer ainda pegar essa coisa do olhar brasileiro. O Norte não aparece nenhum. Mas se a gente olhar o Nordeste, por exemplo, aparece em 2 estados, no Rio Grande do Norte, há um ponto fora da curva. Porque acabou de ter uma grande realização ali e o Sebrae tem lá em Alagoas. Quando a gente olha o mapa das políticas estaduais de investimento em negócio de impacto, são muitos outros estados do Nordeste que aparecem que tem aqui as políticas estaduais e sequer também tiveram lá. Não, também não estigmatizar o Norte como o lugar que está ali fora do radar. Nada, não é? Se a gente pega, outros estados, que inclusive tem políticas estaduais, também não contribuíram. O norte é um dos principais

lugares e riquezas da biossocioeconomia daqui. Mas só pra gente tomar esse cuidado da gente não pegar uma coisa pela outra.

Rolleberg: Bom, eu vou até então dar apreciação, vou colocar à apreciação, a votação o Plano Decenal aqueles que concordam com a aprovação do Plano Decenal, como foi apresentado pelo Lucas, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos para a próxima fase da nossa reunião, que é a apresentação pelos grupos de trabalho. Do plano de trabalho de cada GT e, nós teremos para cada grupo de trabalho 2 apresentadores.

Deu-se início a apresentação dos Planos de Trabalho de cada GT

Marco: Boa tarde, pessoal. Obrigado, Secretário, Lucas. Prazer estar aqui com todo mundo. Eu acho que essa conversa vai casar com as 6 ações que nós prevemos para o eixo do GT1, que estão se dirigindo aos 3 grandes macro objetivos. Por exemplo, quando escutamos o Banco do Brasil falar isso já conversa com nossa primeira ação. No Brasil tem muita coisa acontecendo que está abaixo do radar de captura de dados. Então, o nosso primeiro objetivo desse ano é fazer um diagnóstico mais profundo para mapeamento das iniciativas que estão acontecendo nos diferentes estados, através dos diferentes atores, para que a gente possa partir de uma base mais substantiva de qual é o volume, o número de iniciativas que estão acontecendo no país. Então, esse é o primeiro foco, na verdade: é para o para o nosso plano de trabalho. A segunda se relaciona com aprofundar esse mapeamento, mas no sentido de: Quais são as naturezas dessas operações, ou seja, quais são as características dessas operações que estão acontecendo no nosso país? No terceiro, eu lembro do plano de trabalho. É uma interlocução na maior profundidade com os atores que estão protagonizando essa agenda ou aqueles que podem vir a protagonizar essa agenda, para nós entendermos quais são as razões, quais são os elementos que levariam diferentes atores a ampliar os seus investimentos, as suas atuações no campo de impacto. Então, por exemplo, se quem está fazendo de 10.000.000, por que não está fazendo 100.000.000? Quem está fazendo? Por que não está fazendo milhões de milhões? Onde estão os gargalos?. É onde estão os desafios que precisam ser superados para que a gente possa identificar o volume de capital e o volume de iniciativas para a economia. Para essas 3 iniciativas, a gente fecha um primeiro entendimento sobre a natureza de operações, sobre razões de por que não temos mais volume. Quais são os principais elementos que precisam ser destravados? e sobre aquelas operações que estão acontecendo, mas que não estão sendo mapeadas. Qual é aí a segunda etapa, proposta para esse ano? Aí a gente entra em outras 3 ações. A primeira delas é sobre a sensibilização daqueles atores considerados estratégicos pela sua relevância, pelo seu porte e capacidade de investimento. Sobre o que eles poderiam estar fazendo e como a gente pode aqui, através do Comitê, incentivar, incidir e propor que eles comecem a se engajar com essa pauta de impacto. É um engajamento maior nessa pauta, e aí é um trabalho mais de sensibilização, de aproximação é e de engajamento. É mais prática. É a gente engajar entre 3 e 5 atores robustos. Por exemplo, temos aqui o Banco do Brasil, temos aqui também a Caixa Econômica, temos o BNDES, enfim, aqueles atores que mexem com o portfólio de alto volume. Como é que nós podemos engajar esses atores estratégicos e iniciativas que amplifiquem a mobilização de capital e gerem sinergia de potencialização? Envolve a necessidade de convergência. Então, como é que a gente pode aproximar as casas para que elas possam convergir em uma agenda? Uma vez feita essa iniciativa, isso traz alguns aprendizados pelo próprio processo. À medida que ele está rodando, como é que com essas evidências geradas e

com esses projetos no campo, nós conseguimos então fazer um movimento de ajuda e gerar tração? quando a gente está capitalizando um fundo, a figura em que a gente chama é o seed, ou âncora, não é? A ação que eu comentei anteriormente é nessa direção. Quer dizer que são aqueles atores tão estratégicos para a nossa economia de impacto que podem fazer esse setup e mostrar uma evidência de que é possível convergir. E, num segundo momento, essa força gravitacional magnética gera uma força de arrasto. E como é que a gente atrai os demais atores do ecossistema e imprimem no processo, mas já com uma representatividade, um lastro que traga mais confiança, que traga mais conforto e que acelere a curva de alocação de capital para a economia de impacto. Quer completar?

Daniela: Não. O Marco falou tão bem que não tem muito o que dizer, mas só para dizer que a gente já iniciou essas conversas. A gente iniciou esse trabalho no final do ano passado, novembro e dezembro e que a gente percebeu tanto nas conversas do grupo, do GT1, enquanto em todo, mas também em conversas bilaterais que nós tivemos com algumas organizações, que existe, sim, muita coisa fora do radar. Então, a nossa expectativa é bem otimista para esse ano. A gente tem conversado sobre o prognóstico. E é possível que a gente chegue ao final de 2024 à conclusão que uma meta que a gente colocou para 2030, que, a princípio, a gente viu ousada, a gente chegar à conclusão de que não, ela está muito aquém do que realmente existe hoje de investimento de impacto no país. Então, a expectativa vem bem positiva nesse sentido.

Rollemborg: Muito bom, eu acho que isso reforça a necessidade da gente ter uma base de dados confiável, que nos permita saber exatamente qual é a quantidade de negócio de impacto e de efetivamente quanto que eles movimentam no Brasil anualmente.

Lucas: Com licença, só um comentário sobre essa questão, Secretário, licença, por favor, eu queria ressaltar o seguinte, no mundo se estima que exista um trilhão de dólares em investimento de impacto. O tamanho desse investimento no país é de 18 bilhões de reais, ou seja, tem um claro descompasso entre o que é o investimento de impacto no mundo e o que é o investimento de impacto no Brasil, vis-à-vis, o tamanho da nossa economia e o papel que a gente desempenha no mundo. Então, assim como nos negócios de impacto, a gente provavelmente está subestimando o valor do nosso ecossistema, da quantidade de empreendimentos no nosso país, talvez a gente esteja subestimando também o volume de recursos em impacto no nosso país. Ouvindo o Banco do Brasil, fica claro isso assim, *“Olha, se a gente tá falando de cifras de centenas de bilhões, aí tem alguma coisa que a gente tem que olhar”* e é fundamental ver ouvir, José Mattos, que a ANDE, que a gente esteja muito próximo, porque os dados que a gente tem usado para mapear o setor de impacto são os dados produzidos pela ANDE, assim como a gente tem os produtos da PIPE. Então, a gente tem que estar trabalhando próximo, alinhando esses entendimentos para a gente posicionar o Brasil de uma forma melhor e mais fidedigna que, de fato, está acontecendo.

Beto Scretas: Lucas, só querendo ser o chato de plantão aqui, a gente tem uma necessidade de discutir um pouco do que que a gente está falando. A gente tem uma pauta essa grande de foco, da Enimpecto, da versão anterior para atual, e que a gente precisa discutir sobre, do que é que a gente está falando, na versão, digamos, *“vegana”* anterior não entraria ou entra agora? então, eu não tenho a resposta, mas é legal a gente discutir.

Rollemborg: A defesa que eles estão fazendo é absolutamente fundamental para se definir, não é o conceito efetivamente que o que você vai considerar como negócio de impacto, não é? Eu bloqueei uma carteira, por exemplo, sustentável do Banco do Brasil. Eu daqui, imagino que nem tudo que é financiado como sustentável no Banco do Brasil se enquadraria como negócio de impacto. Uma grande parte, certamente sim, eu acho que essa definição, ela é absolutamente indispensável como ponto de partida para ter o dado mais fidedigno e poder fazer avaliar a evolução efetivamente da economia de impacto no País.

Lucas: Vou só reagir também, Secretário, assim, Beto, sugiro que a gente encaminhe a construção desse conceito. Em 2019, quando a gente definiu o que que a gente estava entendendo como um negócio de impacto, a gente colocou, trouxe essa reflexão, esse acúmulo para o nosso documento-base, não é? Acho que a gente poderia fazer algo semelhante para o investimento de impacto: o que a gente está entendendo? Produz e envolve, necessariamente, as instituições financeiras e os demais atores que estão relacionados.

Henrique: A área de sustentabilidade do banco, quando a gente fez esse trabalho em 2020, ficava junto com a relação com investidores. Então, a gente para fazer essa carteira a gente recorreu a 2 certificações, uma nacional e uma internacional. A gente fez essa classificação que a gente chama os “50 tons de verde” ali no Banco do Brasil. Então, a gente tem lá a classe ABC ou D. Para vocês terem uma ideia, desses 340.000.000, aproximadamente 200 seria o classe A “ultraverde”, e os outros classe B, o classe C a gente nem considera, portanto, a considerar o internacionalmente que o Banco do Brasil teve o quinto ano consecutivo, o banco mais sustentável.

Rollemborg: Eu acho também que na hora que a gente avançar na definição, na aprovação da lei sobre taxonomia, isso vai ficar claro que você vai ter uma definição oficial digital e a importância também da impacto acompanhar participar de forma bastante efetiva da definição de taxonomia verde.

Beatriz: Olá. Boa tarde, Beatriz da Febraban, queria agradecer também ao Lucas e ao Secretário, e parabenizar pelo trabalho. E na verdade, acho que só reforçar, o que foi colocado aqui, da importância da gente qualificar essa base, até para a gente conseguir revisar essas metas, que foram colocadas no Plano Decenal. E aí até uma pergunta, como que funciona a Febraban, que entrou agora recentemente, no final do ano passado no Comitê, eu queria então entender como que a gente pode revisar, essas metas do plano para que a gente consiga ter primeiro um retrato da situação atual para conseguir definir uma meta que seja mais ambiciosa. E não simplesmente dizer que a gente já atingiu a meta. Porque a gente está mudando aqui a definição e as métricas para avaliar o que é investimento de impacto e eu queria também só colocar aqui a Febraban, desde já. A gente está no GT1, mas à disposição. É para fazer essa articulação com os bancos, para a gente conseguir capturar dentro desse universo de finanças sustentáveis, que eu concordo, com que o Lucas colocou, certamente não é 100% que vai ser enquadrado como investimento de impacto, mas uma parte disso e acho que a gente pode ajudar a consolidar essas informações. A Febraban tem já uma taxonomia própria desde 2015. E nós usamos inclusive dados que são fornecidos pelo Banco Central, pra gente conseguir classificar, todas as operações de crédito, então, a gente pode, talvez, enfim, refinar essa classificação. A gente já tá fazendo isso e também participando do processo. Contribuindo aqui com o processo de elaboração da taxonomia nacional. Mas, talvez a gente consiga num espaço mais curto de tempo, capturar

essas informações com esse olhar de investimento de impacto. Então, acho que era isso. Obrigada.

Dione: Bom boa tarde a todos. Dione Manetti, que eu sou da PRAGMA. A gente trabalha muito com a economia circular e com negócios de impacto. Eu ia ficar só ouvindo, mas não consegui. Então, eu queria só fazer um comentário. Um decreto é fundamental porque a gente tem um vício de enxergar como negócio de impacto, sabe? E a realidade do Brasil traz consigo uma característica e junto às 1000 pessoas que vivem de negócios e podem manter o impacto no país inteiro, mas que têm impacto local. As comunidades periféricas, principalmente nos grandes centros urbanos. Em experiências fantásticas de negócios que movem comunidades inteiras. E que estão saindo no nosso radar. Eu trabalho há mais de 25 anos com projetos de impacto. Vejo a oportunidade da visibilidade para o setor da economia brasileira, que é absolutamente invisível. Então, quando a gente inicia essa instância aqui a gente também sinaliza do que nós estamos querendo falar. Então, eu acho que esse debate é fundamental. O estado brasileiro tem a tradição de impulsionar grandes negócios. É só a gente olhar para a história de algumas cadeias no Brasil. Que ganharam a dimensão que ganharam por conta do impulso do estado brasileiro que eu estou entendendo que está sendo trazido aqui, que outros segmentos precisam também ser enxergados.

Rollemborg: Muito bem, se todos se sentem contemplados, eu vou partir para o GT 2, Aumento de negócios de impacto. Nós vamos ter uma apresentação da Sheilla e do Philippe.

Philippe: Obrigado, Secretário, claro. Boa tarde, boa tarde a todos e a todas. Queria dizer aqui uma satisfação até aqui hoje, na nossa segunda reunião desse novo Comitê. A primeira do ano. Nós vamos aqui, como foi falado, apresentar um pouco da proposta de trabalho para 2024, do GT 2, que tem esse desafio de aumentar o número de negócios de impacto, que eu acho que perpassa muito nessas discussões que nós estamos tendo aqui. Mas, enfim, são 8 grandes iniciativas. Mas queria já deixar registrado que provavelmente elas irão aumentar, Secretário, Lucas. Porque nós tivemos um planejamento com o nosso GT hoje. Assim como o GT1, também estamos fazendo um diagnóstico de iniciativas que as instituições estão fazendo nesse âmbito. Eu acho que o grande desafio agora é conectá-las. A gente identificar quais são as prioritárias, identificá-las e conectá-las. Para a gente trazer um trabalho muito robusto nesse sentido, aqui integrado, que eu acho que pode ser um grande avanço para essa nova fase da Enimpcato. A primeira delas é a Inovativa de impacto, que é um braço do programa Inovativa. Uma política pública já consolidada de apoio ao empreendedorismo, mas que tem esse recorte de impacto e que existe a continuidade dele esse ano, mas que a gente também quer fazer uma discussão com a temática do impacto. Então, eu peço aqui, é a manutenção desse programa. Nós temos uma segunda iniciativa que é a sugestão de criação de um programa nacional para startups de impacto. A gente tem um pouco também para essas empresas inovadoras, que têm capacidade de escala, mas que tem uso, impacto e construir um grande programa nacional cercado na fase inicial. Então, justamente para promover a utilização de novos negócios, trabalhar ali até a fase de validação. Até para entregar para os problemas que já existem hoje em garagem, mais negócios preparados. Então, a ideia é que a gente trabalha muito. Programa nacional, onde está aqui como responsável Sebrae. Seja aberto para todo o nosso GT, mas também no comitê que queira, enfim, parcerizar conosco na nossa iniciativa. A terceira, a Inova Amazônia. Que é apoiar soluções com os ativos dos bancos brasileiros, de forma sustentável, já apoiando mais de 400

empresas dos novos estados da Amazônia, com todo o programa de aceleração. Aqui a gente aplica o instrumento do Marco Legal de ciência e tecnologia e inovação, que é a bolsa socioempreendedor, que é um recurso que o empresário consegue conhecimento para se dedicar em seu empreendimento, então, são acompanhados. Lucas mencionou aí que é o Sebrae tech, que na verdade é um serviço de consultoria subsidiado a um pequeno empresário que quer ficar os seus impactos da sua operação. É uma certificação, mas é um serviço que dá ali o primeiro indício ao empresário do que ele está causando no início de um monitoramento desse impacto. Então, a nossa sugestão aqui que a gente disseminar, que é este Sebrae tech para todas as iniciativas que aqui fazem apoio ao empreendedor. Enfim, o Centelha. E a gente está aberto também a discussão se esse instrumento está adequado. A gente pode então, fazer alguma revisão dele. Mas, enfim, fica também isso como uma iniciativa estratégica em nosso nome. Por fim, vou passar a Sheila. Nós devemos entregar esse diagnóstico de startups de impacto. Pela primeira vez a gente fez uma plataforma. Nós temos mapeadas startups de impacto, Lucas, e participaram desses diagnósticos, 669. Então, a gente vai ter um recorte, acho que bem interessante para identificar não só características, de setores de faturamento, mas sim das dores. É isso que a gente quer pegar nesse diagnóstico, quais são as principais dores? Então, é isso, eu acho que eu não falei isso. Sou Philippe, sou do Sebrae Nacional, Colider junto com o MCTI, do GT2, e é uma satisfação hoje esse encontro.

Sheila: Obrigado Philippe, a gente combina o jogral aqui certinho. Vocês viram. Bom, gente, boa tarde. Eu sou Sheila Pires, represento aqui o MCTI junto com o secretário Guila Calheiros, que é o representante titular, e aqui no GT2 eu faço a coliderança, junto com o Philippe. Então, Lucas, Secretário, é uma alegria muito grande a gente fazer esses encontros. E a gente vê o quanto nós temos avançado nessa agenda, particularmente no GT2. É essa construção que tivemos hoje de manhã. Ela foi muito rica. São 15 entidades do Comitê que participam mais ativamente do GT 2. A gente conseguiu reunir a metade hoje e a gente vai continuar esse trabalho à distância com aqueles que não puderam estar pela manhã. É como o Felipe falou, fazer esse grande mapeamento. Então, vamos ter um número muito maior. Mas mapeando aquilo que a gente já tem, o que está em curso e que a nossa intenção é ampliar dentro do GT 2, tem 3 ações do Ministério em parceria com outras agências que conversam muito. Inclusive, essa primeira aqui que é o programa Mulheres Inovadoras, conversa muito com uma das ações que apareceram na consulta pública, que é como a gente estimula o empreendedorismo de várias categorias, mais particularmente, o empreendedorismo de gênero, então, para aumentar a quantidade de mulheres. Os programas em curso do MCTI com a Finep, que já está na quarta edição, surgiu não com esse enfoque de apoiar o negócio de impacto socioambiental. O foco é estimular o empreendedorismo inovador feminino. Mas, para a nossa surpresa... Em todas as edições o programa tem se mostrado muito dentro da nossa agenda, não só pela questão do gênero participar dessa premiação, mas ela tem toda uma trajetória de mentoria a capacitação das empreendedoras que participam, e para participar é preciso que 50% do quadro societário seja de mulheres e as mulheres têm que estar também na gestão, na liderança desses negócios. E para nossa surpresa, como eu estava comentando antes, as premiadas são premiadas 3 empresas por região, portanto, a gente está falando de 15 a cada edição. Primeiro, segundo e terceiro lugar. A maioria desses negócios que são premiados, eles são negócios de impacto socioambiental. Ou eles têm um olhar muito forte para a questão social ou muito forte para trabalhar com soluções ambientais, inclusive olhando para a biodiversidade. Muitos deles

trabalham com biomas não só da Amazônia, mas o Cerrado, por exemplo. Então, isso nos chamou a atenção e o nosso desejo agora é ampliar esse programa e dando enfoque, então agora mais intenso ainda, não só na questão do gênero, mas, também da agenda, pra apoiar negócios de impacto socioambiental. O outro programa, que é o Centelha, ele já roda também. Ele já está na segunda edição. É um programa do Ministério em parceria com a Finep. Já para pesquisa nos estados. Ele é de forma descentralizada, ele está em praticamente todos os estados. O único estado que ainda não tem o Centelha é o Acre, mas a gente quer. Ele veio de uma ação orçamentária. É resolver isso para a próxima edição e ele é executado também pela fundação CERTE. O centelha tem uma característica muito interessante, porque ele trabalha com a ideia, para que aquela vire um negócio. E essas ideias, elas vêm basicamente, da academia. Então, são muitos projetos que vêm de programas de pesquisa na pós-graduação. Mas não restrito à pós-graduação e não restrito apenas a negócios que venham da academia. E o centelha, apesar de não ter uma trilha específica para impacto nas 2 edições, a gente percebeu que cerca de 40% dos negócios apoiados são de impacto, então, isso também me chama muito a atenção. E para a próxima edição, que seria Centelha 3, a gente quer trazer recursos do FNDCT, para ampliar a escala do programa e, principalmente, criar uma trilha que olhe especificamente para os negócios de impacto socioambiental. E nesse sentido, está sendo desenhado em parceria com a CUFA, central única é das favelas. Um programa que a gente tá chamando por apelido, de Guia, de Centelha Favela, porque ele vai ser muito orientado para os negócios. Apoiar negócios de periferias. Mas, a gente também pensa que não só os negócios de periferia, mas também os negócios, e de forma mais ampla, mas numa trilha, assim como a gente tem hoje o inovativa de impacto, que é um braço do inovativa. Pode pensar também não só no Centelha da favela, mas também no Centelha de impacto. E o terceiro programa, que também conversa com o que apareceu não só nas consultas públicas, mas no que já tinha, é como meta, um desafio, do GT 2, que é conectar as empresas com a indústria. A indústria, no sentido de empresas de maior porte, não só o setor industrial, mas o setor industrial, querendo representar todos os setores da economia. E porque é o programa Conecta Startup Brasil, que é uma realização hoje. É executado com recursos orçamentários. E a ideia é que a gente possa ampliar a escala do programa com recursos do FNDCT, para que a gente possa ter não só o volume maior de recursos, mas também o alcance muito maior, trabalhar também de forma de descentralizada, envolvendo os estados. As Fundações de Amparo à pesquisa e criar um braço específico para os negócios de impacto socioambiental. Ele faz isso que o próprio nome está dizendo, ele conecta os negócios iniciantes. As empresas inovadoras, as startups, com os desafios de grandes empresas. Então, é um programa de inovação aberta e que hoje, na nossa reunião do GT, a gente identificou que há muitas sinergias com programas que estão sendo desenvolvidos pelos outros membros do GT. Por exemplo, da *Climate Ventures*. Que já disse que tem um programa e que interessa trabalhar especificamente nessa agenda. Então, esses 3 programas eles já existem. Eles não são específicos para isso, mas a gente percebeu que eles estão atuando de forma muito intensa com essa agenda. E para a edição dos 3 programas que vai ter em 2024, a gente quer criar essa trilha específica.

Rolleberg: Muito obrigado, Sheila. Registro a presença aqui da secretária executiva adjunta do Ministério do desenvolvimento deste comércio e serviço, Aline Damasceno. Foi só falar em empreendedorismo feminino e ela chegou. O Inova Amazônia é um programa que de desenvolvimento e de incentivo à startup na Amazônia e que nós estamos trabalhando para

ampliar. Não é um ideal do Sebrae transformar o Amazônia numa inova biomas para todos os biomas, e com a participação do MDIC, do MEMPE, e do FNDCT, para dar maior robustez. E certamente ele terá um grande foco nos investimentos de impacto. É impacto social importante, ambiental. Portanto, realmente quero parabenizar o Sebrae pela iniciativa. Eu estava falando aqui agora com o Paulo Renato, acabou de me mandar uma iniciativa de impacto na produção de café de açaí que foi mostrado agora nos Estados Unidos. E eu estava dizendo, ó, estamos falando de Inova Amazônia nesse momento, uma iniciativa muito legal. Parabéns ao Sebrae, parabéns ao MCTI, vocês aí do GT número 2, vamos agora para o GT3.

Mônica: Obrigado, boa tarde. Eu sou a Mônica Pasqualini, do *Catalyst2030* Brasil e também da Dínamo. Eu queria só relembrar uma coisa que está no conceito dos negócios de impacto que organizações sem fins lucrativos também fazem parte desse ecossistema e no decreto, se eu não me engano, menciona que nem todas as organizações fazem parte do ecossistema de impacto por conta do que foi descrito ou conceituado, mas aquelas que têm renda própria, que geram renda própria, seriam contempladas também. E aí sim, a gente está falando de um universo muito maior, porque se hoje a gente considera que os terceiros setores já geram 4,6% do PIB e a gente tem aproximadamente 800, 1000 organizações sem fins lucrativos, a gente está aumentando esse volume de negócios de impacto para muito mais, mesmo considerando que a maioria delas não tem renda própria. E isso estimula essa boa prática de sustentabilidade. De ter uma política interna de geração de renda para as organizações sem fins lucrativos para conseguirem se perpetuar independentemente. Então é só essa observação que eu faço.

Rollemborg: Muito obrigado, Mônica, importante essa observação. Nós vamos apresentar o terceiro GT, Leonardo vai apresentar, sobre as Organizações intermediárias.

Leonardo: Bem, muito bem, obrigado, Secretário, Lucas, colegas da mesa, boa tarde a todos. Sou Leonardo Melo, da Anprotec, que é a associação nacional das entidades promotoras de empreendimentos inovadores e, junto com o MEC, a gente compõe e lidera, colidera esse grupo de fortalecimento das organizações intermediárias, que em grande medida, conversa com tudo o que foi dito aqui. Esses objetivos em grande medida, passam, né, pela necessidade de infraestrutura de organizações, de metodologias que auxiliem. E a ampliação da atuação desses empreendimentos em torno desses objetivos que estão colocados, então, vendo nesse contexto nosso plano de trabalho para esse ano, ele contempla 8 ações. A gente fez um trabalho também de selecionar o que a gente entendeu que seria impactante para o momento. Em termos dessa infraestrutura, e que também conversasse com os programas, os programas e as ações que estão sendo trabalhadas nos outros programas. Então, a primeira ação demonstra isso, Felipe falou. Do Sebrae tech. É dentro de uma parceria com o Sebrae, que foi a criação do Sebrae tech negócios inovadores. Então, existe hoje uma perspectiva de qualificação não apenas dos negócios tradicionais, mas dos negócios inovadores, aqueles que têm tecnologia embarcada e a Anprotec está fazendo junto com o Sebrae, um mapeamento grande no Brasil todo em relação a esse empreendimento e, sobretudo, às incubadoras, aos parques tecnológicos, aceleradores, hubs de inovação. Esses ambientes que a gente entende que têm um potencial muito grande para que, uma vez qualificados, possam trabalhar com o impacto. Muitos deles já trabalham, mas a gente identificou, já que muitos ainda não trabalham e mesmo a parte desses que trabalham ainda demanda, digamos assim, mais atenção, a gente entende, portanto, que trabalhar nesse contexto vai ser importante para que o Brasil tenha capilaridade. Essa discussão

regional apareceu logo no começo, quando a gente estava discutindo a presença mais forte dessa temática em algumas regiões. A gente entende que aproveitar essa capilaridade já instalada, essa infraestrutura já instalada, pode ser uma forma de a gente pautar e de levar as discussões sobre impacto para esses outros lugares. Bem, naturalmente isso é importante. Mas, igualmente importante é que a gente crie também perspectivas de financiamento, fontes de financiamento que se adequem a esse contexto e ao contexto de empreendimentos que estão nascendo nesse contexto, inclusive da tecnologia. A gente entende que ampliar o próprio entendimento sobre o que é a tecnologia, sobre o que é inovação, será um grande legado que a nossa estratégia deixará. Não dá para o Brasil continuar pensando que fazer inovação é simplesmente fazer um celular, fazer um chip. É isso, mas é isso também. Tem muita inovação social, tem muita tecnologia social. Tem muito saber ancestral colocado que é uma vez trabalhado com algum sistema. E em financiamento, a gente entende que poderá trazer impactos pra gente. Secretário, e nesse contexto também a gente entende que precisa misturar os temas. Então, falar de tecnologia, falar de inovação nesse contexto, por exemplo, não dá para fazer só isso. No âmbito do MCTI, é muito importante que o MCTI tenha essa abertura agora, Sheila e Guila, mas é muito importante que a gente misture as pautas, para que essa pauta seja de fato uma pauta transversal. Então, nesse sentido, a gente está prevendo o apoio a esse programa de cooperação interministerial para a inovação é empreendedorismo e sustentabilidade. Então, a ideia é juntar as ações do MEC, do Ministério da fazenda, MCTI, AGU, Finep, Ministério do Meio Ambiente. Portanto, tentar identificar no contexto de ação desses diferentes ministérios o que a gente pode trazer Para fortalecer essas organizações que a gente está chamando de intermediárias. Naturalmente, a gente tem que continuar mapeando os desafios prioritários para os próximos anos. Uma outra ação que a gente entende que é fundamental aí, Beto, é engajar a rede, certo? Nas ações de fortalecimento e de estruturação desses ambientes. Essa estrutura, como eu disse para vocês, ela existe, então no Brasil são mais de mais de 300 incubadoras, enfim, tem um quantitativo muito grande, mas a gente entende que essa qualificação ela precisa acontecer e a gente não precisa começar do zero, quer dizer, pelo contrário, acho que a gente tem que fortalecer. Inclusive trazendo para a própria rede ICE, digamos assim, uma ampliação de vocabulário que já existe, acho que é uma via de mão dupla. A rede ICE levando por esse contexto da tecnologia de inovação, e esses vocábulos e a gente também trazendo pra rede ICE essa ampliação, já estamos juntos nisso há algum tempo. Bem, promover, engajar instituições de ensino superior e essas organizações intermediárias na conferência de ciência e tecnologia. Fundamental é que a gente tem algo que a gente já queria já há bastante tempo e passamos um tempo sem. É essa perspectiva da participação popular. E com pouca, com baixa participação popular na produção das políticas públicas. É isso. Eu acho que é uma grande novidade, desse inclusive, desse primeiro ano de governo. Então a gente entende que essa pauta precisa ser enfrentada por nós, a gente tem que discutir no contexto das conferências esse nosso tema do impacto. E usar toda essa infraestrutura das organizações intermediárias. Para levar a discussão que está sendo feita e para trazer para o nosso Plano Decenal, uma escuta ativa que vem desse lugar. E, por fim, mas não menos importante. Acho que tem uma, agenda de qualificação, mais de médio e de longo prazo, não é? É importante a gente falar sobre esse tema. Mas é importante uma capacitação, eu diria, multinível. Não basta apenas a gente ter os doutores formados. A gente tem que ter, claro, pós-doutor, o doutor. Um nível. Universitário que entenda do que a gente está falando e mais, sobretudo, também uma formação de base comunitária que consiga trazer para a gente, de baixo para cima. Nessa

perspectiva, essas novidades e essas demandas também. Acho que misturando os temas nessa perspectiva pré-disciplinar, dentro dessa perspectiva de capilaridade dessas organizações que já estão instaladas, a gente quer fazer com que essas organizações intermediárias se fortaleçam e ajudem naturalmente a fazer acontecer também os objetivos que estão distribuídos nos demais GTs bem, então é isso que GT 3 tem pensado e estamos absolutamente à disposição para cooperar e fazer avançar essa pauta das organizações intermediárias.

Rolleberg: Bom, algum comentário?

Lucas: Eu gostaria de fazer um comentário, secretário de licença? Olha, eu queria destacar o potencial da rede de professores, esses 180 professores que estão distribuídos no território. a necessidade da gente já promover o diálogo maior entre esse coletivo e as ações do GT 5 de articulação interfederativa. Que esses professores, envolvimento da academia e dessa comunidade vai ser fundamental para o sucesso da gente, ativar os comitês nos estados e articular as ações da Enimacto nos territórios a partir dessa rede que a gente tem. Então, gente, tem que potencializar. Usar, além da atividade de ensino, pesquisa e extensão que já está sendo desenvolvida por esse público, a gente trazer eles mais para perto da gestão, promover diálogo entre o GT 3 e o GT 5 e caminhar na direção do fortalecimento dos comitês lá nos territórios.

Rolleberg: Bom, o próximo GT é número 4, criação de ambiente institucional e normativo favorável. Nós vamos ouvir a Rachel e o Matias.

Rachel: Boa tarde, obrigada. Então eu sou Rachel Karam, eu coordeno o grupo jurídico no sistema B Brasil e colidero junto com o Ministério da fazenda, o GT4 da Enimacto. Antes de entrar nos temas especificamente, eu queria propor ou talvez explicar para vocês como que é o olhar normativo favorável. Ele começa o número 1 por conceito. Enquanto a gente não tiver clareza de conceito, de terminologia, é praticamente impossível, porém, nós temos, nós temos conceito fixado em decreto e terminologia determinada em decreto provisionais, instrumentos normativos, inclusive nas leis, tribunais. Então, é a nossa tarefa. O Marco fez referência ao CNPJ, a gente teve essa conversa com o IBGE também há alguns anos, junto com as organizações internacionais que cuidam dos cadastros de atividades econômicas. Seria incrível a gente ter esse nível de clareza. Quando a gente olha para o universo do impacto em termos jurídicos, a gente olha de 2 formatos, ou ele tem, permita que ele está obrigado a fazer. Ele está obrigado a reportar impacto. Eu tenho que olhar esse relatório, vou poder ver se não é positivo e eu vou poder dizer que ele é de impacto. Não é subjetivo, não é intuitivo, precisa estar demonstrado. Então eu tenho condutas fixadas, essa é a possibilidade. Eu não tenho uma estrutura societária que determina isso dentro dessa organização. E aí faz um pouco de referência à participação de entidades filantrópicas ou ela está dentro dessa estrutura. Então esse é um item 2, que eu acho que é bem importante a gente nivelar nas conversas que falam sobre normas, eu olho para norma pública ou existem lacunas que precisam ser preenchidas porque é um novo ramo da economia. E é uma convergência, uma sobreposição de terceiro setor e segundo setor, que é uma zona se dizendo que a gente precisa corrigir, talvez eu estou preenchendo lacunas e às vezes háobstáculos. Porque os instrumentos tradicionais não reconhecem, e é dentro dessa lógica que a gente faz muito da atuação com as discussões que a gente tem tido com a Receita federalMas, se ele olhar para conceitos também, energias, sem olhar para a empresa em ter muitas estruturas e sem olhar para a norma pública, entre preencher a lacuna e remover obstáculo, a gente não cria o macro ambiente cognitivo favorável, que é onde a gente quer chegar. É, e o que

a gente buscou para esse ano. nas ações priorizadas para o ano de 2024. Primeiro, existe um projeto de lei que é o PL 3284 de 2021, que procura criar a figura das sociedades de benefício no Brasil, que é a tradição jurídica para ordenamento brasileiro, o Brasil é feito Corporation, já existente, em mais de 50 jurisdições. Então, também eu acho que a gente pode ter a unidade de entender que essa não é nova discussão exclusivamente brasileira o mundo olha para essa questão. Existem advogados com os quais existem uma Aliança global de advogados de impacto que olha para essas discussões. Então, a gente também não precisa criar algo desconectado do resto do mundo. Vamos fazer isso até para acessar recursos multilaterais e até para ter esse protagonismo e destravamento do recurso. Que o Lucas falou ali, no informe dele, destrava os investimentos. No nosso país, a gente tem esse projeto de lei, é uma das nossas ações. Não precisa ser discutido. É um plano de uma articulação até junto ao Senado, que a gente precisa fazer. A gente tem 2 discussões com a Receita Federal. O primeiro, em relação à manutenção de isenções e imunidades das organizações da sociedade civil, que atuam diretamente ou como investidores de negócios de impacto. E a segunda é a questão do regulamento dos fundos patrimoniais. A gente precisa melhorar e dar clareza e essa é uma discussão com a receita federal. Nossa outra ação é que o Ministério da Gestão, e a gente quer mapear as iniciativas que tratam de compras, compras públicas, compras verdes, compras do bem. Começar a entender a interrelação e fazer isso por ser a ótica do negócio de impacto. Foi inserido para nós esse ano também acompanhar os grupos de trabalho da reforma tributária. E a gente vai ter grupos de trabalho, detalhando e normatizando. Tem uma figura, que é um imposto seletivo, especificamente tratando das externalidades negativas, que eu acho que a pauta da economia de impacto é um pouco mais ampla, mas também é interessante participar dos grupos específicos da dos demais temas para inserir a dimensão do impacto nessa discussão. A gente também, junto do GT 5, que vai nos suceder aqui na fala, a gente trabalha em apoiar a governança, os maiores locais, na criação do Simpacto e a taxonomia sustentável, que foi uma iniciativa do Ministério da Fazenda no ano passado e que colaboramos na consulta e e vai ter o desdobramento. E tem 2 formas, que são novas, que surgiram desde a primeira discussão da Trimestral para que um deles é a proposta do regula o microcrédito. Estamos na frente parlamentar que está cuidando disso, de um projeto de lei. E está muito transversal ao universo de impacto que eu acho que é importante a gente cuidar e participar. E os grupos de trabalho das ações do G20, específico de pauta que o Marcel vai poder compartilhar. Com isto, passo para Cristina do Ministério da Fazenda se quiserem complementar ou nos atualizar.

Rolleberg: E nós vamos pedir desculpas. Quero registrar a presença da Cristina Reis, que tem sido uma parceira no Ministério da Fazenda. Desculpa Cristina, com prazer, te passo a palavra.

Cristina: Peço desculpas por ter chegado atrasada. Na verdade, eu não poderia ter participado, mas consegui, eu acho que a Rachel já fez um excelente resumo das nossas ações e, a bem da verdade, o Matias que tem atuado junto ao grupo, e as únicas complementações que eu faria aqui são com relação a algumas ações, do próprio Ministério da Fazenda. Então, de fato, a taxonomia agora está sendo construída. Por isso, em geral, tem uma proposta de decreto. Todos os ministérios manifestaram a anuência. Também os 4, as 4 instituições do sistema financeiro nacional o Banco Central, CVM, PREVIC, SUSEP participarão da taxonomia e assim, para a presidência, em breve, deve ter assinatura desse decreto, que estabelece a governança e todos os seus desdobramentos, para que ela seja desenvolvida ainda esse ano. Então, essa é uma atualização. A outra, com relação a avaliação com o Ministério de Gestão sobre as iniciativas

existentes. E tão recentemente, no lançamento da nova política industrial, houve a assinatura do decreto que estabelece o comitê, em média, de compras públicas, sob liderança do Ministério da Gestão. E houve, agora não me lembro se foi um decreto, mas que estabelece um normativo que estabelece todos os grupos de trabalho da reforma tributária e que aí, em 60 dias, precisam entregar uma série de leis complementares para que reforma tributária seja concretizada, que também é um passo muito importante para a nação. Então, acho que são essas são as informações complementares. Agradeço a coordenação junto da Rachel e do Marcel.

Rolleberg: Obrigado, Cris. Por isso alguém ia fazer algum comentário? Então, vamos para o próximo. Marcel, é porque ele vai falar de algo específico. Vamos então, para o último GT, A articulação interfederativa, o Beto Scretas tem a palavra, Beto.

Beto Scretas: Retomar, tudo bem, eu sou Beto Scretas, do Instituto Cidadania Empresarial, que coordena a iniciativa Coalizão pelo impacto O trabalho aqui é hercúleo, o GT5 nasceu exatamente desse diagnóstico, que esse é um tema que tinha o sotaque ainda muito sudestino e que a gente precisava levar isso pro todos os cantos do Brasil. Tem sido feito esforço há um tempo, mas agora a gente vai focar. Tem um grupo de articulação pró-simpacto, que é a criação do Sistema Nacional de Impacto. É brilhantemente, liderado pelo Aron, que também não está aqui, da Aliança pelo Impacto. Mas, enfim, a gente tem esse trabalho de levar esse tema para todos os entes da federação, até 2032. Não só ter uma legislação, que vire uma letra morta, mas ter um Comitê devidamente instituído, um Comitê abrangente, qualificado e um plano de ação. E que esse plano de ação seja implementado tal qual a gente está fazendo aqui no nível federal, então, a gente definiu, não vou entrar em detalhe aqui porque escolheu 5 estados, mas a gente vai tentar este ano emplacar a legislação em 2 estados que ainda não têm, que são o Paraná e o Pará, destacando a importância da Região Norte. E tem 3 estados que já têm uma legislação, mas essa legislação ainda não saiu do papel. A gente precisa tirar isso do papel. Eles são: Ceará, Espírito Santo e Goiás. Cadê a minha amiga de Goiás? Já foi embora. Ah, estava até aqui agora. Bom, então, a gente tem esse papel de fazer isso, conta com a ajuda dos coletivos estaduais, que estão sendo formados, conta com a ajuda de vocês para a gente conseguir implementar isso. Não, não é fácil fazer essa articulação. Bom, surgiu uma ideia depois, e que a gente encampou e que parece muito bacana. A história de uma vez instituído o Comitê, você ter uma cooperação técnica do federal para o estadual e vice-versa. Então, isso vai ser super importante. O Lucas citou no início que já existe uma conversa bem adiantada com o governo do Rio Grande do Norte, que hoje é o único estado da federação que tem um comitê. Está acontecendo. De fato, hoje a gente tem um outro pessoal que tem uma reunião com o pessoal do DF. Aqui, a coisa está avançando. Talvez emplaque o segundo Comitê, aqui no DF, e outras conversas também estão acontecendo. A terceira atividade é uma atividade que a gente vai precisar de ajuda de todo mundo, que parece simples, mas é hercúleo, também, que era realizar os Foruns. A gente realizou o fórum Nordeste ano passado, pegou carona num evento que já estava acontecendo no Rio Grande do Norte e toda a liderança no Rio Grande do Norte na agenda, então foi bem bacana, e tem as outras 4 regiões do país para fazer o nosso evento, o Paraná na Região Sul, a gente está um pouco mais adiantado, os outros a gente está saindo meio do zero e vai contar com a ajuda do Impact Hub e de todo o mundo que possa ajudar, porque a gente não tem recurso. Tem gente, mas não tanto. Não tem tanto braço e pra botar em pé um fórum não é fácil. Então, a gente vai tentar identificar nessas 4 regiões, um evento que já vá acontecer de qualquer jeito que converse diretamente ou indiretamente com a nossa agenda e pegar carona

como a gente fez com o fórum Nordeste. E o fórum nacional, que a gente pensou em fazer no final desse ano, ainda está no plano, mas quem sabe a gente não pega carona no Impacta Mais o ano que vem. Faz todo o sentido e que o Simpacto seja uma trilha, uma trilha forte, grande, pujante, dentro do Impacta Mais. É isso, pessoal.

Lucas: Excelente, Beto. Muito bom, acho que esse é um dos GTs que é um dos maiores desafios. De ativar os comitês locais. Então, mas muito bom, o foco do GT eu acho que nesse caso menos é mais. Objetividade. Eu queria dizer que o Secretário pediu licença, pediu para que eu conduzisse aqui enquanto ele estivesse fora, resolvendo daqui a pouco ele retorna, mas queria saber se alguém gostaria de fazer algum comentário em relação ao trabalho do GT 5, alguma reação? Inclusive quem está participando online. Bom, se ninguém, se ninguém está inscrito, nem vai falar, eu acho que a gente pode, enfim, considerar aprovado o plano, todos os planos.

Marina Gattás: É, tem uma pessoa aqui no chat, quando inscreveu, não sei se vocês estão me ouvindo bem. É a Aline Odara, então só...

Lucas: Mas está muito baixo

Marina Gattás: Desculpa, vou tentar falar mais alto agora. Vocês me escutam? Tá certo? Não, só queria comentar que tem uma pessoa no chat além de mim que queria falar. Aline Odara, é mas aproveitando, já que ninguém estava se manifestando pra contribuir. Eu tenho ainda uma grande preocupação em relação ao plano de trabalho, que é uma questão que foi levantada dentro do GT 4, que faz eco também à fala do Marcel recentemente também: a monumental tarefa, que é de uma transição econômica para, de fato, uma economia de impacto que não seja simplesmente um setor pequeno de impacto de 10000 empresas de impacto, que é louvável e é um trabalho enorme tal qual. É, mas que não constitui transição suficiente para dar conta das metas sociais e ambientais que a gente tem nos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e, enfim, muitos outros objetivos que a gente tem acordado. E essa conversa para mim, ela passa por, de fato, uma discussão um pouco mais aprofundada desse Comitê sobre as formas de se prevenir dano. E como a gente consegue, através de incentivos e desincentivos, também, encorajar que essa transição aconteça em maior escala e que a gente não só fomenta um setor de impacto, que remedia danos? E que a gente comece a ter uma conversa menos agnóstica em relação a determinados setores, indústrias e práticas que continuam causando danos ambientais e sociais e que precisam ser desincentivados em paralelo. E eu sinto muita falta disso nessas discussões e no plano como um todo. É principalmente no que diz respeito ao GT 4 e gostaria que a gente conseguisse aprofundar e criar espaço para ser um pouco mais ousado nesse sentido e criar estruturas favoráveis para uma transição em escala da nossa economia e não simplesmente uma economia de impacto remediativa e pequena escala.

Rolleberg: Obrigado, Marina. É uma alegria, tem alguém, que está online para falar?

Adriana: Boa tarde, aqui é a Adriana da Feira Preta, da Preta Hub. Primeiro, dizer que para a gente foi assim. A gente fez uma mobilização de uma articulação de várias organizações negras de fazer a contribuição para o plano. Pelo menos tinham umas 20 organizações ali reunidas com reuniões de maneira mais regular. Para poder fazer toda a leitura e fazer a proposição e assim, eu, primeiro que eu recebi o convite de última hora, porque escrevi para o Lucas e eu acho ruim, não estar de alguma forma no *mailing* de vocês. A gente, de alguma forma que está ali, tentando contribuir. E segundo, o que eu olhando ali, todos os planos, eu realmente eu não vi quase nada

ligado à diversidade, nada ligado a recorte racial e eu acho meio incompatível com a realidade do Brasil quando a gente fala de desigualdade, porque o Brasil é esse país. Cada vez mais preto, mais pardo, onde a desigualdade mais acomete essa população e assim, poucas ações, pouca reflexão de como é que a gente traz essa discussão racial para dentro do ecossistema de impacto, entendeu? Eu não vi recortes, eu não sei, enfim, como é que vocês estão prevendo isso. Mas eu acho que vale uma reflexão mais profunda nisso, nas propostas que estão sendo construídas para esse plano, entendeu? E ressalto, ainda, que é importante ter organizações negras de maneira transversalizada em todos os GTs, uma vez que não é possível mais fazer parte do conselho, mas pelo menos nos grupos de trabalho seria importante ter essas organizações intermediárias, porque são organizações intermediárias que estão atuando no campo já há um tempão. E mesmo quando se questiona sobre o que a gente está chamando de negócios de impacto, a gente quer participar dessa reflexão, do que que a gente está chamando de negócios de impacto. Então, acho que que era isso, eu queria trazer.

Rolleberg: Adriana, professores. Os senhores, as preocupações são extremamente procedentes. No último item da pauta, a gente vai tratar disso, da questão da representatividade, da participação, mas eu gostaria de sugerir, se você sentir à vontade, que você encaminhasse algumas sugestões. E também, que conversasse com os coordenadores, os líderes dos grupos, se todos concordarem com esse encaminhamento.

Lucas: Bom, eu queria complementar, reforçar aqui a fala do Secretário de que a gente acolhe completamente, Adriana, e eu queria deixar registrado para o Comitê que a gente recebeu muitas, muitas contribuições vindas na consulta pública. Adriana e várias outras organizações de afro empreendedorismo se debruçaram, dedicaram, escreveram muitas, muitas sugestões ao nosso plano. A orientação para a nossa equipe técnica foi de acolher e receber todas essas contribuições, viu Adriana? É o número que vem aqui. Mais de 91% das contribuições que vieram para a consulta pública foram acolhidas na sua integralidade. Então, estão no texto. Eu vou pedir pra que a nossa equipe sistematize as contribuições que vieram, sobretudo, aquelas contribuições que vieram da consulta pública referentes a maior diversidade racial, étnico-racial nas ações do comitê que elas sejam destacadas e enviadas para abrir para as pessoas que estão reivindicando, porque assim tem que reconhecer e valorizar todo o movimento que foi feito pela sociedade civil. Foi uma intervenção organizada com muita qualidade. Então, acolher essas contribuições que vieram da sociedade civil e auxiliar nesse diálogo aqui. Adriana, eu queria dizer assim. A gente não tem ainda a presença de organizações, que trabalham e que tratam a questão do afro empreendedorismo e do afro empreendedorismo de impacto ainda no Comitê, mas a gente vai chegar lá, a gente já está fazendo esse debate aqui. A gente já tem trabalhado isso no âmbito do Ministério e a gente vai deixar o nosso comitê mais colorido e mais diverso. E isso vai ser o último ponto de pauta que a gente vai tratar. Mas eu queria antecipar isso, já que você mencionou, e dizer que a gente super acolhe essas colocações que você está trazendo.

Adriana: É, e aí Lucas, é só, né? Pensar como é que essas propostas que foram feitas com muita qualidade, elas reflitam no plano de trabalho dos 5 GTs, tá. E depois assim, eu sei que não vai ser o momento, porque é pouco tempo de reunião, mas a gente se coloca à disposição para ajudar a olhar as propostas dos GTs, ver como é que a gente traz essa questão, entendeu? É muito importante a gente poder transversalizar as questões nos 5 GTs. Porque tem especificidades, entendeu?

Rollemborg: Muito boa, Adriana, que vamos aqui até acolher essas suas sugestões, então eu acho que a gente poderia encaminhar aqui para os líderes dos GTS. Entraram em contato exatamente para poder refletir no plano de trabalho essas preocupações que você traz em cada GT. Todos concordam com esse encaminhamento? Eu agradeço muito pelas contribuições que são extremamente relevantes, até indispensáveis, em todo o lado.

Aline Odara: Eu só queria reforçar aqui, eu sou Aline Odara, sou diretora executiva do Fundo Agbara. É que é uma das organizações que compõem esse Comitê, que a Adriana Barbosa se referiu, para reiterar o que ela trouxe. Não ficou tão evidente para mim, pelo menos, as propostas que foram enviadas via consulta pública, como estão se refletindo aqui é uma preocupação que a gente pense, raça. O quesito raça, que estrutura a economia desse país. De forma transversal. E efetiva para se combater as violências econômicas, que são sistêmicas e que incidem sobre a população negra, especialmente, né, e sobre empreendedores negros e sobre empreendedoras negras. Que por si só já são empreendedores de impacto. Porque quando a gente fala de pessoas negras, tendo acesso a direitos econômicos, à renda, à seguridade social, a gente está falando sobre uma série de impactos que vão desde o combate a fome, combate à violência doméstica, combate ao genocídio da Juventude negra, entre outros. Então, quero reiterar a preocupação, para que raça incida de forma transversal, em todos os GTs, nas políticas pensadas pelo impacto.

Lucas: Eu acho que isso já foi realizado, a gente agradece mais algumas manifestações pertinentes que foram enviadas. Quero sim. Eu quero destacar que esse nosso documento, ele é um documento vivo, ele não é estanque, este nosso Plano Decenal. Ele pode e deve ser revisado e aprimorado sempre que este Comitê assim julgar. Então, a gente falou sobre isso no eixo de aumento de oferta de capital, sobre a necessidade de rever, incluir as metas que a gente está aconselhando de impacto. A gente falou isso no eixo 2, referente aos negócios de impacto, e a gente vai fazer isso com a questão da diversidade étnico-racial também. Se as contribuições que foram feitas pela nossa equipe revisora não atendem a demanda justa da sociedade civil de maior participação, o texto não é o provocativo, o texto não está refletindo o que a sociedade está reivindicando? Fica aqui o comando para que os líderes acolham essas sugestões abertas, no nosso Plano Decenal e façam os ajustes de forma a promover mais inclusão e mais diversidade, tá? A gente já tem a orientação para que todos os líderes atuem no sentido de se conectar com cada entidade que atua com a questão étnico-racial em cada um dos eixos. Então, neste momento de oferta de capital, Fundo Agbara que está investindo em empreendedorismo negro, geralmente negócio de impacto, a Preta Hub, que está também investindo, promovendo o afro empreendedorismo no nosso país, e assim sucessivamente nos 5 eixos de organizações que trabalha a questão racial e tem um texto que contemple, na qual o nosso povo, a nossa população, se sinta devidamente representada. Isso já é para fazer de forma imediata, se for necessário, a gente abre novamente. Novas alterações no texto, coloca para apreciação na próxima reunião do comitê. Não é um problema nenhum com relação a isso e queria dizer que a gente vai, inclusive, ampliar a participação de membros aqui no comitê, mesmo com organizações que representam populações e da periferia e tornar o nosso Comitê mais diverso.

Rollemborg: Então o encaminhamento, de que a gente aprova os planos dos grupo de trabalho com essas ressalvas e essas recomendações que foram trazidas, que elas serão incorporadas

posteriormente no texto e apresentada a todos, Todos concordam com esse encaminhamento? Então, aprovado. Vamos para o próximo.

Isabel: Boa tarde a todos, me chamo Isabel, sou presidente da Associação Brasileira das Instituições de Micro Finanças. Com muita satisfação participo aqui desse importante comitê, somos organizados em 38 associações e entidades do terceiro setor no Brasil todo e durante o ano passado, com nossos próprios esforços, emprestamos grandes valores em microfinanças. Eu gostaria já de fazer algumas colocações de forma rápida e uma delas, que esse grupo enxergasse o microcrédito que nós operadores entendemos que é um microcrédito para os negócios, e estendesse-nos essa interpretação para a microfinanças, e é isso que nós temos hoje, então nós concedemos crédito para o trabalho, mas também nós concedemos créditos para moradia, para saneamento, para pequenos negócios rurais, para energia solar. Então, esse espectro aumenta e, claro, eu já discuti lá com o Marco e com a Dani. Já discuti um pouco com a Rachel que nós entramos há pouco no GT4, já entramos no GT1, mas que todo esse grupo, por isso essa oportunidade, que a gente renomeasse o microcrédito e usasse como a linguagem de micro finanças, que é a linguagem mundial, então, para que a gente vá ficar equiparado. E é isso que nós estamos buscando, as identificações internacionais. Então, o que a gente nos renome com microfinanças, aí esse número se potencializa cada vez mais. Então, nós estamos falando de famílias que não têm um banheiro e que custa esse banheiro R\$ 5.000,00, é de impacto? Com certeza que sim, é, então, nós não imaginamos não ter banheiro, mas tem muita gente que não tem banheiro e tem condições de pagar esse banheiro, então não, não é nenhum, não é nenhuma despesa a mais para o poder público. O que acontece? O poder público coloca a rede pública nas ruas e as pessoas não têm condições de fazer o acesso porque não tem nem banheiro, então é o dinheiro que é investido, mas é um investimento que não tem retorno e aí eu vou falar de moradia, então poderia falar que muito para todos, mas então. Sabia que essa renomeação fosse importante para que todos de todo o grupo e esse comitê entendesse o porquê dessa mudança e renomeasse porque a gente falasse, de uma maneira linear, sobre essa economia que com certeza é devido de impacto. Muito obrigada.

Rollemborg: Cristina.

Cristina: Bem, o caminho mesmo já foi feito, mas vou só para responder a Marina Gattás, uma correlação ao grupo 4. Nossa preocupação, né, de fazer a transformação estrutural da nossa economia e aí em torno não é da das atividades econômicas de impacto, mas também sustentáveis, e redução das desigualdades, um dos objetivos da taxonomia sustentável brasileira, que é justamente um dos instrumentos elencados do grupo. Então a gente espera que nesse fórum essa discussão seja promovida, só para ela ficar mais tranquila de que isso está sim no radar.

Rollemborg: seguinte? É Herbert.

Herbert: Secretário, Diretor, a sugestão em relação ao tema aí, das diversidades, dos diversos grupos que certamente podem ser alcançados, com a grande trajetória no âmbito da área de direitos humanos. Esse movimento são os movimentos sociais relacionados. Então considerei-me que essas iniciativas já foram incluídas. O que seria uma indicação para que os líderes dos grupos de trabalho busquem essa interação com as organizações aqui já mencionadas. Gostaria de sugerir a secretaria-executiva do comitê pensar sobre a possibilidade de organizarmos uma

oficina e um workshop, ministérios que trabalham com a turma, com os grupos específicos. Entendo que é necessário (...). Muito obrigado.

Rolleberg: Excelente sugestão. Acho que o Lucas já anotou aqui. Pelo seu comentário aqui já acho que uma coisa é muito boa, essa sugestão. Acho que bastante pertinente também quais todas as sugestões a que recebemos até aqui. Muito pertinentes. Pergunto se alguém tem uma outra colocação a fazer, se pudermos ir para o próximo ponto da pauta. ~~Gisele?~~ Eu vou passar a palavra para o Marcel.

Lucas: Tem um pedido, tem um pedido de troca, viu, Marcel? Se você está de acordo, mas a Gisele que está nos acompanhando online, ela está com problema de voo, ela vai ter que sair e ela apresentaria o tópico do prêmio de impactos positivos. É Gisele, você está nos acompanhando online? Você pode abrir a Câmera e fazer a apresentação do prêmio Impactos positivos? Peço que vocês se atenham ao tempo, são 10 minutos, Gisele, e a ideia pessoal é que a Gisele ela apresente a iniciativa do prêmio Impactos positivos, com o intuito de conseguir algum patrocinador aqui do Comitê para financiar essa iniciativa, que é uma iniciativa de alguns anos, já com bons resultados. O

Gisele: Sim, obrigada Lucas, boa tarde a todos. Secretário Lucas, obrigada pela oportunidade. Eu não sei se eles vão dividir a apresentação. Vocês conseguem me ouvir?

Lucas: Mário, coloca a apresentação no tópico de patrocínio.

Prêmio Impactos Positivos

Gisele: Então vamos lá rapidamente, vou fazer uma introdução rápida do Impactos Positivos. Na verdade, a plataforma Impactos Positivos foi criada para fomentar o impacto e ajudar a transformação do nosso cenário econômico. Tem muito a ver com o que escutei aqui durante a reunião toda. É um hub de conteúdo que faz educar a sociedade civil sobre a importância e a relevância desse ecossistema de impacto. A organizadora do prêmio, que visa reconhecer e fortalecer os negócios de impacto, além disso, é uma plataforma de networking que visa conectar e engajar a sociedade civil com ecossistema de impacto. A gente acredita que o sucesso do prêmio não é da plataforma, é a colaboração que a gente busca entre o ecossistema de impacto, as organizações comprometidas, comunicadores e influencers e a sociedade civil. Desde o lançamento da plataforma e a primeira edição da premiação, a gente conta com um apoio de grandes organizações e profissionais extremamente protagonistas nos ecossistemas de impacto. Durante as últimas edições, quando o foco foi realmente voltado para os negócios de impacto, alcançamos números expressivos Retorno de mídia. E isso é importantíssimo mencionar, esse retorno de mídia, toda exposição foi de abrangência nacional e o fato de eu mostrar esses números, eu acredito que isso é importante porque mostra, né, que saímos da bolha e estamos tentando engajar com o máximo de pessoas e organizações que realmente aí vai se dar o escalonamento do ecossistema de impacto. Quando a gente coloca todos juntos, esses esforços também são para uma economia de fato. Que não seja uma pequena. Comentário agora da importância de não ser uma pequena parcela do nosso cenário econômico, mas realmente uma fortaleza da economia brasileira, então. Ideia de ter uma abrangência muito maior e mais impactante nos eventos. Aí vocês podem ver os nomes na apresentação, contamos com profissionais extremamente engajados e influentes. Em todas edições, a gente conseguiu apresentar os vencedores com consultorias, mentorias, bolsas de cursos que, juntos, somam

mais de R\$ 600.000,00 em prêmios. Aqui são os vencedores das últimas edições, que ilustram muito bem a facilidade que a plataforma traz para a participação de negócios de impacto de todos os cantos do território brasileiro. Nas últimas edições, tivemos inscritos de 24 estados e o Distrito Federal, representando 159 cidades brasileiras. A plataforma também é uma forte abertura para maior diversidade e inclusão que foi muito mencionado aqui. Se você vê todos os inscritos e os inscritos foram liderados, se for ou em prol de mulheres, negros, idosos, deficientes, homossexuais, então é uma grande ferramenta para a diversidade e inclusão aqui do ecossistema. Nossos números foram incríveis. Estão sendo incríveis, mas a nossa meta para 2024 é ainda maior porque a gente acredita que já criou-se uma expertise, tem um posicionamento muito forte já no mercado e a gente acredita nessa abrangência e essa ferramenta que somos para escalar e fomentar esse ecossistema próximo. É lógico que para garantir o sucesso de mais uma edição, a gente precisa de grandes parceiros e por isso que estamos aqui, como o Lucas bem falou. A gente acredita que o prêmio tem um alinhamento muito grande com a Enimpecto e que também podemos ser uma ferramenta da organização desse Comitê e de empresas aqui presentes para estimular o fortalecimento do ecossistema de impacto brasileiro. A gente precisa garantir esse patrocínio para continuar com a premiação, com a plataforma e premiação, e aí a gente tem 2 cotas diferentes disponíveis para transformar, com entregas expressivas e com certeza de benefício para as empresas, para as organizações engajadas. E há uma cota menor,, que possibilita a exposição e envolvimento também com uma participação um pouco menor. Eu acho que é isso que eu queria dividir. Espero que eu tenha mantido os 10 minutos e ainda passado a informação para todos e destacado a importância da plataforma e da premiação para esse fomento e transformação do ecossistema de impacto. Estou à disposição para qualquer dúvida, qualquer comentário.

Rollemborg: Obrigado, Gisele. Eu sugeri que aqueles que se interessarem tivemos possibilidade de contribuir, que possam fazer um contato no particular pessoalmente com a Gisele. Mas a iniciativa tem todo o apoio. Uma importância dela para estimular os negócios de impacto. Parabéns, Gisele. Além daqui, há outros parceiros que eventualmente possam ajudar a gente a tentar também ajudar nessa captação.

Lucas: Secretário, queria mencionar que, em experiências anteriores, esse prêmio Impactos Positivos ajudou muito o processo de aprovação interna nas organizações que compõem o comitê da Enimpecto. Cito o caso do Sebrae, ou mesmo do PNUD, como a gente já fez, uma outra experiência também de patrocínio com o apoio do comitê da Enimpecto. É avaliado no órgão colegiado, que avalia e avalia como positivo a determinada iniciativa e meritória de patrocínio, ajuda no trâmite interno de cada organização e a gente pode se colocar à disposição para ajudar nesse processo aqui.

Rollemborg: Perfeito. Muito obrigado, Gisele, vamos? Agora com o Marcel, que vai falar sobre G20 e Enimpecto: Recomendações e Contribuições.**G20 e Enimpecto: Recomendações e Contribuições**

Marcel: Boa tarde novamente, todas, todos. Queria alguns minutinhos aqui do comitê do grupo, só para dividir uma visão e um pedido aos membros do comitê de recomendações e contribuições ao G20. Então, como todos sabem, o Brasil, desde o primeiro de dezembro de 2023, preside o G20, que hoje é o principal espaço multilateral no planeta e que coordena por interesse comum. Que agenda? A agenda de 19 países e 2 blocos. 19 países mais bloco europeu

e bloco africano. O G20 é o espaço mais relevante hoje porque junta dois terços da população mundial, reúne 85% do PIB mundial, é 75% do comércio Internacional e mais de 80% das emissões do planeta. Então, qualquer coisa que a gente fizer e que o G20 adote é de uma escala de tempo e de alcance sem precedentes. Então o G20, para quem não conhece, está estruturado em 3 trilhas de trabalho. Uma trilha financeira liderada pelo banco central, pelo Ministério da fazenda aqui no Brasil, a trilha do Sherpa, liderada pelo Itamaraty, e a trilha de engajamento social, que é liderado aqui no Brasil pela Secretaria geral da presidência, com o projeto do G20 social, que é pela diretoria do presidente Lula. E para que a gente tenha o G20 com a maior participação social da história. Então isso nos traz uma oportunidade que eu queria dividir com o grupo e pedi um apoio que é a oportunidade da gente mobilizar os membros do comitê, os membros, os grupos de trabalho para contribuições concretas, não é? Então, a gente está desde a sociedade civil criando uma iniciativa chamada "G20 pelo impacto", que é uma coalizão Internacional, para que a gente consiga entregar propostas concretas aos grupos de trabalho e aos grupos de engajamento. E aqui no comitê? Temos que seria importante a gente atuar em 3 ações concretas. O primeiro a gente tem, é membros aqui que representam ministérios e outros órgãos da administração pública. Então seria importante esses membros poderem atuar como pontes para que essas propostas possam chegar aos grupos de trabalho e aos grupos de engajamento, não é? E aí uma outra ação representa especificamente esse pedido. Não sei se o Cristiano tá aqui A Secretaria de um dos principais grupos de trabalho, que é o grupo de trabalho de finanças sustentáveis, é na trilha financeira. E aí, Cristiano, acho que tem uma grande oportunidade para a gente mobilizar aqui os membros da Enimpacto e do Comitê dos grupos de trabalho para que nesse grupo tão relevante a gente tenha propostas concretas em finanças sustentáveis a partir do olhar da economia de impacto. Então, ser um parceiro que possa entregar propostas concretas. E para isso, ainda mais considerando que a agenda de finanças sustentáveis é priorizada nesse grupo. É. A gente tem o tema de finanças híbridas. A gente tem o tema de transparência, de impacto. A gente tem principalmente o tema do financiamento para uma transição justa. Que para o Brasil isso é extremamente crítico. E por fim, eu acho que ainda em contribuição, os membros do comitê podem se engajar nos distintos grupos de engajamento. Eu acho que seria uma ótima chamada. Acho que é isso que eu queria trazer para o grupo e dizer que nessa coalizão a gente tem a colaboração com pelo menos outros 2 órgãos, então o conselheiro da presidência e também a área de bioeconomia do MMA, são outros 2 fóruns que a gente está utilizando também para qualificar a participação social e poder qualificar também essas contribuições, incluindo que na próxima semana a gente vai ter um grande encontro aqui no Itamaraty junto com o Ministério do meio ambiente e mudança do clima para qualificar as contribuições para a iniciativa de bioeconomia. Então acho que o grande legado que o Brasil já puxa para esse G20 é que é uma iniciativa transversal e a gente tem pelo menos a força-tarefa de combate à pobreza e fome. A gente também tem a força-tarefa de mobilização que diz respeito ao clima. Então isso já são avanços de assinatura da presidência do G20 e que eu acho que com o capital social que a gente tem aqui, com o capital político institucional que a gente tem nesse grupo aqui a gente consegue acelerar ainda mais essa mudança de paradigma, uma proposta concreta. Que nos dias de novembro, todos nós possamos, junto com os eventos, celebrar a cúpula social. E que o impacto tem um espaço relevante para mostrar que a economia de impacto realmente não só está fazendo a diferença, mas pode ser a grande plataforma de escala para esse outro mundo possível a partir do Brasil. É isso aí, obrigado.

Rollemborg: Obrigado, Marcel. Eu queria fazer uma sugestão de que a gente, talvez ao longo da semana que vem, se fosse possível, se for possível, logo após o Carnaval, fizesse uma reunião, um grupo, pessoas que se dispusessem a participar. É para tratar exatamente dessa questão da participação do G20. Que contribuição ao impacto pode dar em relação ao G20? Eu tenho essa reunião sobre bioeconomia. Exatamente, eu acho que é muito importante a gente estruturar essa participação.

Cristiano: Secretário, obrigado Marcel, obrigado, Cristiano Prado do PNUD. Tecnicamente, enfim, o sustainable finance working group. Mas também está apoiando o Ministério da fazenda e o Ministério das relações Exteriores. Bom, aqui temos, imagino, vários representantes, não apenas dos próprios ministérios, mas também disse, pelas organizações que vão estar participando dentro dos grupos do G20 de Financial e de sherpa, que podem eventualmente secretário, levar considerações aqui da própria Enimpecto em diversos grupos. E por último, então a gente vai deixar como sugestão uma aproximação com o de startup.. Talvez se não o mesmo grupo, mas vai ter um evento, se não me engano, em Macapá em fevereiro. Então eu particularmente nem tenho o contato deles, mas eu acho que seria importante eventualmente...

Lucas: Obrigado, Cristiano. Super à disposição para a gente poder fazer essa conversa, esse diálogo. E talvez a gente possa fazer uma chamada aberta para todos os membros do comitê e dos grupos de trabalho também para poder organizar e me colocar a disposição para ajudar a propor no programa, e também a construir uma mesa que qualifica o debate e a participação do MDIC nisso. Obrigado.

Rollemborg: Olá, Marcel, muito obrigado! Leonardo.

Leonardo: Olha bem, só uma complementação. A Anprotec também está acompanhando esse assunto nas startups. Está acontecendo agora esse fórum e terão mais 2 além desse ano em São Paulo. O próximo será no Rio, mais um em São Paulo em data que vai ser definida, então. Colocamos também aqui à disposição para que a gente faça esse nosso embarquedo impacto nesses temas do G20.

Lucas: Obrigado, bom, e

Rollemborg: Bem, gente que eu vou pedir desculpa a vocês, especialmente ao Guilherme. É que vai ser o próximo expositor sobre a conferência de ciência e tecnologia, mas eu vou ter que sair em função do compromisso lá no Ministério. Mas o Lucas conduz o restante da reunião. Eu quero mais uma vez agradecer muito a presença de todos, mais uma vez cumprimentar para avisar o trabalho da equipe, do Lucas, da Heloísa e de toda o departamento, da diretoria de novas economias e a participação de cada um e cada uma de vocês que foram uma contribuição extremamente valiosa. Muito obrigado e um bom final de reunião para todos. Muito obrigado

Lucas: Obrigado, Rollemborg. Boa reunião. Guila, te convido para vir aqui. Pessoal, a gente tem mais 2 pontos de pauta para tratar e chegar ao final da reunião. O próximo tópico trata da Quinta Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. A última conferência ocorreu no ano de 2010, portanto está aí há mais de 14 anos sem se realizar conferências nacionais de ciência e tecnologia, a gente vai ter uma quinta conferência agora em 2024, o tema de impacto surgiu nas pré-conferências. E a gente avaliou que esse é um tema na qual a Enimpecto pode incidir de forma organizada, aproveitando toda a nossa estrutura e as organizações que são representantes

do Comitê da Enimpecto, que representam todo o nosso ecossistema de ciência, tecnologia e de ensino, pesquisa, extensão. Me refiro à Abruc Anup, a Andifes, Abruem, Consecti Confap, enfim, todo esse conjunto que foi fortalecido nessa nova composição do Comitê da Enimpecto para junto com o MCTI inserir esse tema de impacto e a gente chegar em junho, quando for realizada a conferência com o propósito para fazer uma disputa dos recursos de ciência, tecnologia e inovação para direcioná-los para o ecossistema de empreendedorismo de impacto no nosso país, Guila.

5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Guila Calheiros: Boa tarde a todos, sou Guila Calheiros, secretário de desenvolvimento tecnológico e inovação no Ministério da ciência, tecnologia e inovação. A conferência nacional de ciência tecnologia e inovação não é um evento em si nem um conjunto de eventos. Ela busca é ser um movimento de ouvir o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Ora, sim, a gente criar as bases para construir a política e a estratégia nacional de ciência e tecnologia. Eu chamo de movimento porque ele é um conjunto de atividades e eventos que são realizados desde as conferências municipais, as conferências estaduais, as conferências regionais, culminando na conferência nacional que ocorre no dia 4, 5 e 6 de junho, aqui em Brasília. Mas, além dessas atividades, a gente tem 2 conjuntos de ações que são paralelas, que são as conferências livres e as reuniões temáticas. Essas conferências livres estão abertas para toda e qualquer entidade ou órgão ou conjunto e grupos de pessoas para desenvolver atividades, ações e eventos que discutem assuntos de interesse à sociedade de uma forma mais ampla. Além das temáticas que são organizadas diretamente pelo comitê organizador da conferência. Tá, então é um conjunto de ações que a gente busca ouvir e a gente constrói essa iniciativa. Para construir as estratégias, as bases para a estratégia nacional de ciência e tecnologia para os próximos 10 anos. Um ponto fundamental, que Lucas trouxe aqui, é que o tema desse ano é a ciência e a tecnologia e inovação para o Brasil justo, sustentável e desenvolvido. Nada mais conectado com a agenda de impacto, e com essa visão que a gente trouxe nas discussões. E vem sendo discutido pelos grupos de trabalho a gente trazer uma atividade específica, um conjunto de atividades e eventos da Enimpecto para a gente colocar dentro das discussões o nosso tema de uma forma mais ampla e transversal. Então a gente vai apresentar aqui, Sheila, que discutiu com a equipe e com os grupos temáticos a estruturação dessa conferência livre. Com foco na Enimpecto. Ela vai pensar rapidamente aqui essa atividade, mas ela é fundamental para que a gente entre, né, na agenda da conferência nacional, com a agenda expressiva e relevante, nos resultados que ele vai trazer para isso, então. A conferência ela tem sido procurada por diversas instituições, a gente está hoje com 47 conferências livres confirmadas. Rapidamente ele vai passar das 50 e estamos com 17 reuniões temáticas, também já confirmadas. Então, eu tenho uma ampla discussão e que culmina aí em junho, toda a construção dessa linha e as estratégias para as diretrizes da estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação. Sheila, Por favor.

Sheila: Obrigada, Guila. Então é como o Guila já comentou aqui, o Lucas também, era fundamental que a gente trouxesse a discussão desse tema não só para culminar na conferência, mas para que isso também estivesse no radar, na construção da estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação. E nesse sentido, nós olhamos no Comitê, aquelas organizações que estão mais diretamente ligadas com essa agenda que envolve a academia, não é, olhando principalmente para a questão da pós-graduação e também aos sistemas estaduais, como

Consecti e Confap, somamos a esse grupo. E apresentamos a ideia ao grupo. Ficou super empolgado entusiasmado de a gente fazer essa discussão. Fizemos a proposição para o comitê executivo da conferência e foi aprovada. Então a proposta de fazer uma conferência livre que tivesse como um tema central a Ciência, Tecnologia e Inovação para promover a agenda da Economia de Impacto, a proposta de um evento agora no começo de março, daqui a um mês, né, dia 5 de março o dia todo. A vantagem é que é evento híbrido. Portanto, a gente tem a condição de marcar um número significativo de pessoas para vocês terem ideia, ontem nós tivemos uma reunião temática que aconteceu e tratou do tema da pós-graduação e ecossistema de inovação e impacto. Foi um evento híbrido também. A gente teve uma participação remota de 2000 pessoas, então assim, a possibilidade aí de alcance é bastante significativa. Nesse sentido, a proposta é que a gente tenha 4 painéis. Não dá para muito. É um dia de discussão. Então, uma hora e meia de discussão aí para cada painel e esses painéis seriam focados em cada um dos eixos da Enimpro, entendendo o quinto eixo como transversal. E aí, tem uma tarefa específica que a gente vai sugerir aqui pra o GT 5. Mas a gente traria essa discussão de como que nós podemos, por exemplo, atrair mais recursos de ciência, tecnologia e inovação para apoiar a agenda de impacto? Então já conversei ali com a Dani, vamos conversar mais. com Marco e Dani, para que a gente possa construir. É a discussão nesse Painel, quer dizer, a partir do que a gente já tem, o que é possível fazer, mas como é que a gente pode também alavancar mais recursos pra essa agenda. Uma outra discussão também é como a gente aumenta o número de negócios de impacto, olhando principalmente para as universidades e outras ICTS. Para que a gente possa, por exemplo, aumentar o número de pesquisas nessa área, que vão redundar em negócios inovadores que venham trazer soluções bastante eficazes para problemas sociais, ambientais etc, é uma outra discussão. Para o normativo que nós temos hoje no país, lei da inovação, leis de incentivo como lei do bem, Marco legal da inovação, Marco legal de startups e vários outros normativos importantes para o sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação. Mas como que a gente utiliza esses instrumentos? Que ajustes são possíveis fazer ou até mesmo a gente acredita que já estão lá? A gente só precisa descobrir como utilizar esse forma efetiva para que nós também possamos criar um ambiente favorável legal para a agenda de impacto, então já conversando aqui, já com o GT 4 para que a gente possa trabalhar nisso. E, por fim, como que a gente trabalha com essas ICTs, particularmente com as universidades, no sentido de a gente fortalecer as organizações intermediárias. E por que essa discussão é importante quando a gente olha para o cenário brasileiro de incubadoras de empresas, aceleradoras, hubs de inovação, parques tecnológicos, a maioria, cerca de quase 70%, estão vinculados a uma universidade, né, a uma instituição de ensino. Então é muito importante trazer essas instituições para essa discussão no fortalecimento dessas organizações. Mas não só isso, né, os sistemas estaduais, portanto Consecti e Confap, têm uma participação muito importante aqui. Estão junto conosco. E aí falamos de Consecti e Confap, o Alberto, que está nos acompanhando a distância, que é o secretário executivo do Consecti, trouxe a seguinte questão. O Guila comentou aqui que tem as conferências municipais, estaduais e regionais, todos os estados da federação estão organizando as suas conferências. É, e haverá também em cada uma das regiões uma conferência regional, inclusive, se são todos, inclusive os 10 estados, hoje que tem uma política estadual, então isso agora vamos assegurar que aí acho que é onde entra o GT 5. Vamos assegurar que nessas conferências estaduais e nas regionais o tema esteja ali inserido, não só nos 10 estados. Nesses acho que a obrigação, que agente faça um trabalho bastante intenso, mas nos demais estados, nos 17 que estão fora, como é que a gente trabalha essa agenda. Então o Alberto já

compartilhou conosco essa agenda estadual para que a gente possa, no GT 5 fazer esse trabalho. Então, gente, é isso. Estamos ali com grande desafio, né, de fazer um evento daqui a um mês. Vamos contar com ajudas de todos vocês, na participação, na divulgação e na construção dos painéis. É isso. Obrigada.

Lucas: Alguém que gostaria de fazer algum comentário sobre a proposta de...

Aline Souza: Quem fala sou eu, aqui pelo chat, a Aline Souza, estou representando... tudo bom, boa tarde para todo mundo, estou representando aqui a GAIL, que é a Global Alliance of Impact Lawyers. E aí eu gostei muito aqui desse evento que vai acontecer dia 5 de março. E aí em relação a esse Painel 4, que está pensando o aprimoramento da legislação, eu queria até retomar que quando estava sendo aprovado o Marco legal das Startups, a gente chegou a participar da audiência pública no Senado com uma proposta que eu acho que é atualizada para o momento atual. Pode ser muito interessante, então. Eu queria recomendar uma ponte aí de contato, de conteúdo pra elaboração com o GT4, que está olhando para o aprimoramento normativo, para a gente poder contribuir mão na massa mesmo para esse assunto que eu acho super importante. E também acho que é um bom lugar para endereçar as questões relacionadas à participação societária de organizações sem fins lucrativos e negócios de impacto que está bem resolvida na legislação da Suframa, que está preocupada já mais com questões de inovação e não tanto com outras normativas. Então acho que é legal aproveitar esse esforço para isso e a gente conseguir endereçar algumas das questões do GT 4 no debate desse evento, acho que vai ser super estratégico.

Lucas: Muito bom, Aline, excelente. Mais alguém gostaria de complementar? Não. Então acho que está bem encaminhado. A gente segue mobilizando nossa rede de ciência, tecnologia, ensino, pesquisa, extensão da Enimpacto que estão ali listadas, né, que a gente já tem reunido essa turma. Consecti, Confap, MEC, MCTI, Abruc, Abruem, Anup, a Andifes... Vamos montar essa programação, mirando o dia 5, fazer essa conexão, essa recomendação que a Aline tão bem apontou com relação ao GT. E trabalhar no principal produto aí dessa dessa conferência linda que a gente vai fazer. Guila, não sei se você concorda, era que a gente conseguisse sair com propostas de resolução que pudessem ser encaminhadas pra conferência, aprovadas dentro da conferência, como recomendações e diretrizes pra na conferência que vão ajudar no processo de disputa desses recursos. Acho que esse é o principal produto dessa rota que a gente vai fazer nesse ano.

Guila Calheiros: O grande objetivo dessas atividades é ouvir o sistema nacional. Quem que opera a ciência, tecnologia e inovação no país frente aos desafios que nós temos de futuro e da agenda compartilhada que todas as nossas organizações têm. Então a linha de impacto é transversal a esse sistema, ela permeia todas as atividades da ciência tecnologia da inovação, então faz parte e está na agenda. É fundamental a gente fazer uma atividade robusta, que a gente gera um conteúdo relevante até pra gente levar essa discussão na própria conferência nacional. Ter um espaço de fala, né, pra fortalecer as nossas iniciativas, inclusive pela representatividade. E aí a gente ganha uma força nas demandas e referências das prioridades que vão entrar na agenda da estratégia nacional de ciência e tecnologia e inovação, que por sua vez, vai se vislumbrar num plano. Vai ter que ter um orçamento para a sua execução. Então, para chegar no orçamento e precisa entrar na prioridade, pela relevância das atividades que a gente vai elencar como prioritários para fazerem parte da estratégia nacional de ciência e tecnologia e inovação. Então,

é fundamental a discussão e é fundamental a relevância do conteúdo e da força das nossas instituições. Para que isso chegue forte na conferência e a gente tenha espaço de fala e faça parte da consolidação dos conteúdos. O conteúdo estará lá. É o quão de destaque de referência que ele vai ter para a estratégia nacional é que vai depender da nossa capacidade de articulação, mobilização e conteúdo.

Pluralidade e Diversidade na Composição do Comitê da Enimpecto

Lucas: Perfeito. É isso aí. Muito bem, gente, não tendo mais nenhum comentário adicional nesse, eu queria passar para o nosso último ponto. É, a gente já está com tempo estourado, mas é um dos temas mais importantes do dia de hoje. Como já se mencionou ao longo da reunião, durante a consulta pública, esse tema veio muito forte dentro das 311 contribuições, uma reivindicação muito grande da sociedade civil, dos movimentos sociais organizados, de movimentos de periferia, de movimentos de populações negras reivindicando maior, uma maior diversidade na composição do comitê e nas ações que a gente tem implementado aqui. A gente recebeu isso com muito carinho e propôs uma linha de ação pra gente conseguir acolher todas as recomendações. Primeiro que a gente está se baseando as nossas ações numa portaria que existe da Secretaria-geral da presidência da República. Na qual regulamenta sobre diretrizes para a composição de comitês e colegiados com participação da. Civil. Então, esse normativo estabelece que a participação de mulheres nesses órgãos colegiados devem ser de 50%. E de pretos e pardos autodeclarados de 20% ou mais para a gente atender esse dispositivo. Primeiro, no conteúdo de impacto, a gente ainda tem que avançar. Na representação feminina, a gente está bem, mas não tanto. A gente tem 42% dos nossos membros do comitê Enimpecto são de mulheres. A gente tem um desafio de ampliar a participação feminina no nosso comitê. A gente já inovou e tem como boa prática o fato de todos os eixos, todos os nossos 5 eixos serem coliderados por um homem e uma mulher, e sempre um representante do órgão público, de alguém da sociedade civil. Mas isso precisa estar capilarizado e também no nosso Comitê. Então, a gente tem o desafio de ampliar a participação feminina e de ampliar a participação de pessoas negras, pessoas pardas, indígenas e com mais diversidade étnico-racial. Pra gente fazer isso, tem a boa prática, estabelece que é a autodeclaração. Não é o presidente do comitê que determina quem é e quem não é. Então tem uma autodeclaração. É que a gente vai, a gente vai compartilhar com os membros do comitê pedir para todos preencherem como cada um se autodeclara dentro do Comitê. Então, eu queria colocar aqui algumas medidas que a gente já adotou e o que que a gente vai adotar daqui para frente. Primeira coisa foi a orientação de incorporar no Plano Decenal todas as recomendações que vieram sobre diversidade e inclusão social durante a consulta pública. Isso foi uma determinação, né, reconhecer que existia esse problema no nosso Plano Decenal, acolher e implementar. E aí, pelo que eu pude perceber das reações que deram das pessoas que estão nos assistindo online ainda assim, a avaliação parece não ter sido suficientemente incorporada. E aí Heloísa? Queria reforçar aqui para a equipe que aponte no documento do Plano Decenal aquelas contribuições que vieram no sentido de promover maior diversidade racial, para que a gente possa compartilhar com os interlocutores para ajudar nesse debate de conseguir acolher essas recomendações que foram feitas, tá? Então essa é a primeira coisa. A segunda recomendação a gente já passou para o conjunto de líderes. Que todos os GTs devem se tornar núcleos de alta densidade política, institucional. Então, a gente tem que ter capacidade de se conectar com as forças vivas da sociedade, não podem estar fechados em si mesmos. Então é importante que os líderes busquem as principais organizações que

representam a questão étnico-racial dentro de cada segmento. Então, quais são as organizações de diversidade? Acho que os das que estão atuando no sentido de ampliação da oferta de capital, o Fundo Agbara é um deles. Quais são as organizações que estão trabalhando com a questão do empreendedorismo negro, do afro-empendedorismo no Brasil, a feira preta liderada por Adriana Barbosa é um grande exemplo. É um prazer já incorporar imediatamente nos grupos de trabalho. Mesmo que o decreto não tenha sido alterado ainda, porque a gente vai alterar o decreto da Enimpecto, parte a gente vai incorporar é novas organizações. Mas enquanto isso não foi feito, porque tem o tempo da burocracia, os líderes já devem atuar no sentido de se conectar com as organizações que promovem mais diversidade. Ótimo com razão. Isso é uma demanda da sociedade. É uma determinação do nosso presidente da República promover a participação social como método de governo. A gente vai ouvir a nossa população e vai colocar reivindicações. As reivindicações que promovem mais inclusão e mais diversidade na política pública como princípio, como elemento a ser considerado. A terceira coisa é esse questionário de autodeclaração racial que a gente já elaborou já é circula entre os líderes aqui foi como um encaminhamento dessa reunião que a gente vai mandar para todos os membros do Comitê Vai dar um prazo para que cada membros preencha o seu o seu formulário já de operação pra gente saber como é que está a nossa composição e a gente fazer as medidas necessárias para garantir uma representação mínima. A quarta medida é essa, de trazer pessoas não brancas para os grupos de lideranças do Comitê da Enimpecto. A gente vai buscar como medida ver como é que a gente consegue implementar isso. E por fim, uma última medida que vai nos ajudar nesse processo é ampliar a participação de membros do Comitê. O decreto já estabeleceu 25 órgãos de governo no comitê, mas igual número de representantes da sociedade civil, a gente vai ampliar esse esse número, que já é grande. A gente vai tornar o comitê da Enimpecto ainda maior. É tem que o Ministério das mulheres, Que é um Possível candidato pra entrar no nosso Comitê, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério de povos indígenas, o Ministério de micro e pequenas empresas e ministérios de direitos humanos. São 5. São 5 pastas que tratam dessa questão da diversidade. Está sendo feito o convite para que essas organizações ingressem na Enimpecto. Uma vez ingressando, a gente tem base para sugerir uma revisão do nosso decreto, ampliando a participação, uma vez ampliando a gente amplia a quantidade de organizações da sociedade civil e dá preferência para organizações que trabalham com a questão da diversidade étnico-racial e prioridade de participação feminina nessas novas vagas que vierem a ser criadas. E se isso não for suficiente, a gente vai ver o que é que a gente pode fazer para ampliar ainda mais essa essa representatividade aqui. Então, essa é um pouco que o nosso plano de voo assim, para a gente acolher essa questão da diversidade racial e de gênero, passa. Por favor, Maria, deixa eu ver se tem mais alguma coisa. Tá esse é o formulário de autodeclaração. Claro, Helô!

Ana Heloísa: É a equipe que está acompanhando online, pediu para eu fazer um comentário porque existe um esforço da equipe, inclusive o John, que é nosso servidor que acompanha o GT5, ele vem do Ministério da Educação com uma experiência nessa área e ele tem tido contato com várias organizações de empreendedorismo negro e inclusive amanhã eles têm uma reunião com o Reafro, eles já tiveram outras, então também existe essa ponte que já está facilitada para a gente, que a gente já tem esse servidor com essa expertise.

Lucas: Bem, queria, uma vez aberto o pronto, abrir a palavra para o comitê para considerações, reflexões e reações sobre essa questão.

Adriana: Eu tenho uma pergunta: Quanto ao pessoal de mulheres, vocês estão considerando intersecção de raça e gênero?

Lucas: Eu não entendi a pergunta quem fez? Não vi a...

Adriana: Sou eu Adriana, que está falando aqui da Preta Hub, porque eu vi lá mulheres e depois pessoas pretas e pardas. O percentual é de mulheres. Pelo que eu me lembro, são 40%, não é isso.

Lucas: Exato.

Adriana: Dentro desse perfil de mulheres, vocês estão considerando mulheres brancas, mulheres negras, mulheres indígenas.

Lucas: Não são o que serão só mulheres. 42, 40 por cento dos membros do Comitê da Enimpecto são mulheres.

Adriana: Tá, mas OK, se tiver intersecção, por exemplo, pode ter um percentual dos 20% de negros mais mulheres ter ainda mais mulheres negras

Lucas: Sim, pode, não tem problema, é 50% de mulheres. Depois descontabiliza te fez primeira conta? Quantas mulheres? Quanto é o total de. Vem. Enimpecto, você chega um percentual. Segunda, quanto é que a gente só pode fazer a segunda conta de, a partir daí, dos secundários de autodeclaração quanto se autodeclaram não brancos sobre o total, tem que chegar em 20%.

Adriana: Tá e, por exemplo, mulheres trans é considerada?

Lucas: A gente não está, não está trabalhando, não está tratando a questão da diversidade, diversidade de gênero, está falando questão mulheres tão somente.

Adriana: Entendi, mas por que não?

Lucas: Porque quero estar como grande burocrata olhando o que está na portaria da Secretaria geral da presidência, que é quem regulamenta a participação. A participação social, esse é o regulamento que tem. Teria que ter um, teria que ter um formulário de autodeclaração de orientação sexual e de identidade de gênero. Que enfim. Está sendo proposto pela mesa aqui

Adriana: Entendi e os 20% de população negra, porque só 20%, sendo que a população é 56%?

Lucas: Porque é o que está na orientação da Secretaria-geral da presidência e acho que a gente não consegue atingir os 50%. É bem, bem distante assim dos quadros que existem na administração pública, dos membros do Comitê. Acho que a gente dá um passo que a gente não vai conseguir atender.

Adriana: É, mas aí você vocês estão considerando só os órgãos vinculados ao governo? Não, sociedade civil...

Lucas: Exato. O governo tem 25 membros, a outra metade é da sociedade civil

Adriana: E essa? Mas não poderia ser maior da sociedade civil ou não tem que ser páreo 50-50?

Lucas: Não, um decreto estabelece lá que é paritário.

Adriana: Tá, entendi, entendi, por isso, que é 20%, tá? Então tá. Era só para poder entender como é que era o processo dessas somatórias. Mas não sei. Fica aí de reflexão, identidade de gênero. Porque hoje tem muitos negócios no campo de impacto social, liderado por mulheres trans. Entendeu? É importante ter esse tema também, né, uma vez que a gente está falando que os negócios de impacto resolvem problemas de desigualdade, olhar para essa questão. Entendeu?

Rachel: Eu vou só fazer um esclarecimento aqui, estou com a portaria aberta. Não tem nenhum problema, será computado mulheres trans no percentual de mulheres, sejam todos, o que não tem ainda é a política afirmativa para que a gente tenha um percentual de representação de gênero. Então, aqui a gente só tá com mulheres pretos e pardos no termo da portaria 147, de 2023. É um esclarecimento, mas não tem nenhuma restrição. Então isso.

Lucas: Tá bom, vai lá, Henrique.

Henrique Bussacos: Só uma sugestão assim até o que a gente faz como organização. É criar esse plano. Se a gente tem um plano de 10 anos, como é que a diversidade vai aumentando ao longo dos anos. Então, não ficar esperando que 20% ou mais, mas a gente falava 20% ou mais para 2023, 24... e assim, como é que a gente cresce isso no Comitê, e aí em cada um dos grupos de trabalho, principalmente ali, quando a gente pensa no número de negócios, né, a gente tem uma meta clara, não só de questão regional, de quantos negócios de cada região, qual o percentual mínimo de cada região. E qual o percentual mínimo de empreendedores negros, por exemplo, e de gênero. Então? E tudo isso tem um gradual de ano a ano pra gente seguir ir perseguindo um avanço de meta ao longo dos 10 anos.

Lucas: Excelente, muito bom.

Adriana: E, só por fim, a última que eu vi lá, a relação do da representação dos ministérios. É, o Ministério da cultura não pode ser considerado? Porque dentro do Ministério da cultura tem a estratégia de economia criativa, e muito da estratégia está ligada a impacto também.

Lucas: Excelente Adriana, vamos, vamos fazer essa conexão lá com o Ministério da Cultura, o nosso secretário Rollemberg, inclusive, já tinha falado para fazer isso.

Adriana: Tá bom.

Lucas: Gente, mais alguma consideração? Quem não tem? Eu queria agradecer a presença de todos. Foi uma pauta longa, mas eu queria ressaltar, sim, o simbolismo da gente estar aprovando o nosso Plano Decenal. Assim, hoje é um dia muito importante pra gente celebrar assim a gente tem um Marco. Um plano com todas as limitações, como já foram colocadas aqui as insuficiências, como bem ressaltado pelo Marcel pela Marina Gattás também que está nos acompanhando online. Sabia que a gente tem um senso de urgência enorme? O desafio da gente incluir pessoas, a gente reduzir emissões, a gente acabar com a pobreza, construir o mundo de 3 zeros, como de forma tão inspiradora o Yunus nos trouxe na reunião de outubro, não é? Como tudo isso demanda articulação de tantos e tantas organizações de tantas pessoas e tantos esforços são necessários. Ainda reconhecendo toda essa limitação, a gente tem um plano agora que a gente tem para chamar de nosso, a gente deve ter um poder, tem um dever de aperfeiçoá-lo ao longo da nossa trajetória. Sou muito adepto daquela teoria de que as abóboras se ajeitam no andar da carruagem, tem muito aperfeiçoamento para fazer, notas para serem aperfeiçoadas,

instrumentos para serem criados, articulações para serem realizadas, mas a gente tem um plano de voo, não é? Acho que isso é muito significativo. É um documento importante que a gente aprovou hoje e que a gente saiba que inspirados e motivados para colocar esse plano de pé, com todas as limitações que ele tem e conforme a gente caminha que a gente possa ousar e aí, como tão bem lembrou o Marcel, que a gente possa sonhar ainda mais alto. O G20 está aí. E a COP está aí, tem muita coisa boa para fazer. Mas queria, em nome do Ministério da Indústria, em nome da Secretaria de Economia Verde, em nome do Departamento de Novas Economias, agradecer a presença de todos, a manutenção aqui da presença e desejar um excelente fim de tarde para todos. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

LISTA DE PRESENÇA

1. Adriana Barbosa – PretaHub - Feira Preta (Online)
2. Adriana Pereira Pinto Homem - Ministério das Relações Exteriores
3. Alberto Peverati Filho – CONSECTI (online)
4. Aline Damasceno - MDIC
5. Aline Gonçalves Videira de Souza – Global Alliance of Impact Lawyers - GAIL (online)
6. Aline Odara – Fundo Agbara (online)
7. Ana Heloísa Moreno – MDIC
8. André Godoy – ABDE
9. Aron Belinky – Aliança pelo Impacto (ABC Associados)
10. Beatriz Secaff - FEBRABAN
- um. Bruno Nunes – Ministério Ciência, Tecnologia e Inovações
12. Camila Mazzer de Aquino – Global Alliance of Impact Lawyers - GAIL
13. Carlos Carneiro – Min do Empreendedorismo, Microempresa e Empr de Peq Porte - MEMP
14. Carlos Roberto de Biasi Scretas - ICE – Aliança
15. Caroline Reis Sanematsu – MDIC (Online)
16. Cassiano D’Almeida – CNPq (online)
17. Cassio França – GIFE
18. Cristina Fróes de Borja Reis – Ministério da Fazenda
19. Cristiano Prado - PNUD
20. Daniel Manjarrés – Instituto Feira Preta / PretaHub (Online)
21. Daniela Aguiar Borges – PNUMA

22. Daniela Arantes Alves Lima – BNDES
23. David Borges – Impact Hub
24. Débora Hanna Figueiredo de Lima – ApexBrasil (online)
25. Diego Meireles Lopes – MDIC
26. Diógenes Moura Breda – ABDE - Associação Brasileira de Desenvolvimento (online)
27. Dione Soares Manetti – Pragma Soluções Sustentáveis
28. Eliel Fontenele Silva – MDIC (online)
29. Fernanda Camargo – ANBIMA/ Wright Capital (Online)
30. Filipe Andre Martins Gomes – Anprotec (online)
31. Filipe Diniz de Andrade Carvalho – Caixa Econômica Federal
32. Gisele Abrahao – Impactos Positivos – GVA (Online)
33. Glaziela Cavallaro Oliveira – Yunus Negócios Sociais (Online)
34. Graciele Neiva Costa – MDIC
35. Greta Gogiel Salvi – Latimpacto
36. Guilherme Coutinho Calheiros – MCTI
37. Guilherme Sylos – IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Online)
38. Henrique Conca Bussacos – Impact Hub
39. Henrique Leite de Vasconcellos – Banco do Brasil
40. Herbert Borges Paes de Barros – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
41. Herrisson Fábio de Oliveira Dutra – MDIC (Online)
42. Hugo de Castro e Andrade – OCB (Online)
43. Isabel Christina Antunes Baggio – Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças – Abcred
44. John Land Carth – MDIC
45. José Henrique Menezes - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial EMBRAPPII
46. Jose Maria de Abreu Mattos Neto – Aspen Network of Development Entrepreneurs – ANDE
47. Juliana Furini – Sistema B
48. Keila Mara dos Reis – MDIC (Online)
49. Kess Jones – Hope - Consultoria em Impacto Socioambiental (Online)
50. Leonardo Melo – Anprotec

51. Leosmar Terena – Ministério dos Povos Indígenas (Online)
52. Leticia Gomes Maia – Banco Central do Brasil
53. Lilian de Andrade Amaral – ANPEI (Online)
54. Livia Ramos Machado Carbonell – Apex-Brasil (Online)
55. Lucas Ramalho Maciel – MDIC
56. Luisa Santos Pinto Santiago – Coalização Latino-Americana e Caribenha de Economia Circular - Ellen MacArthur (online)
57. Luiz Eduardo Botelho Pires – ANBIMA
58. Marcel Fukayama - Sistema B Brasil
59. Marcelo Bregagnoli – Ministério da Educação (online)
60. Marco Gorini – Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto
61. Marcos Woortmann – Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS (Online)
62. Maria Inês Pereira dos Santos – MDIC
63. Marina Gattás – Wellbeing Economy Alliance (online)
64. Monica Castoldi Borlini Gadioli – MDIC (online)
65. Mônica Pasqualin – Catalyst 2030 Brasil - Sistema ONU
66. Pedro Quaresma de Araújo – Casa Civil da Presidência da República
67. Philippe Fauget Figueiredo – SEBRAE
68. Quêner Chaves dos Santos – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias – Unicopas (Online)
69. Rachel Avellar Sotomaior Karam – Sistema B Brasil
70. Rafael Kanke – Fundação Certi
71. Rafael Sanches Pimentel – M. do Empreendedorismo, Microempr e Emp d Peq Porte MEMP
72. Ricardo Lindenberg Gravina – Climate Ventures
73. Ricardo Ramos – Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto
74. Roberto Júnior – MCTI / Global Shapers / Conectas / World Economic Fórum (Online)
75. Rodrigo Bonecini de Almeida – MDIC (Online)
76. Rodrigo Maluf Ferraz – Caixa Econômica Federal
77. Rodrigo Rollemberg – MDIC
78. Selma Terezinha Coelho da Rocha – MDIC (Online)

79. Sérgio Pinheiro Firpo – Ministério do Planejamento e Orçamento
80. Sandra Bazzo – Ministério das Mulheres
81. Sheila Oliveira Pires – MCTI
82. Tibério Rômulo Romão Bernardo – Banco do Nordeste - BNB (online)
83. Vanderleia Radaelli – BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento (online)
84. Viviane Cesário – Ministério das Mulheres